



Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 179  
Disponibilização: 19/09/2025  
Publicação: 19/09/2025

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

Altera a Portaria n.º 52, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, e revoga a Portaria n.º 117, de 04 de junho de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no art. 5.º, inciso V, do Decreto n.º 27.948, de 1.º de março de 2023, e no art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** A reformulação das Comissões Genéricas no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL/RO, com o objetivo de conferir celeridade e eficiência à tramitação dos processos de compras públicas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 52, de 23 de abril de 2025, que dispõe sobre a reformulação das equipes de licitações e a designação de servidores para compor a 1ª Comissão Genérica, a qual passará a vigorar com a seguinte composição:

**I - Agente de contratação:**

a) Roseanna Nascimento Alves da Silva, matrícula n.º \*\*\*\*\*478.

**II - Equipe de Apoio:**

a) Patrick Marques de Souza, matrícula n.º \*\*\*\*\*635;

b) Ezequiel Sales de Lima, matrícula n.º \*\*\*\*\*313;

c) Victor Matheus da Silva Barros, matrícula n.º \*\*\*\*\*875.

**§ 1º** A servidora indicada no inciso I, alínea “a”, atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação adotada for o pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8.º, § 5.º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§ 2º** Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea ‘a’, deste artigo, que exercerá as atribuições da pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais

**Art. 2º** Fica revogada a Portaria nº 117 de 04 de junho de 2025.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de setembro de 2025.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, Superintendente**, em 18/09/2025, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064498253** e o código CRC **62EE6D11**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90656/2025/SUPEL/RO**

Para o **LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25%** para as **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 27/03/2026, às 10h (horário de Brasília) sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 24/03/2026.
---	--

OBJETO	
Contratação de empresa especializada na locação de gerador de energia elétrica para atender as demandas no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado em Ji-Paraná, Rondônia, local de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7º Edição da Feira do Agronegócio do Leite do estado de Rondônia - RONDOLITE.	
FUNDAMENTO:	
Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0025.002528/2025-00	
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .	
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 321.377,04
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL
Facultativa	Contrato

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ( INFORMAR ITEM DO ANEXO I)		
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.1.1. do Termo de Referência.</u> <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.1.2. do Termo de Referência.</u> <b>3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.1.4. do Termo de Referência.</u> <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 22.1.5. do Termo de Referência.</u>		<b>Requisitos Específicos:</b>
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
<p>Não</p>	<p>Não</p>	<p>Não</p>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>CONTRATAÇÃO</b>
<p>Menor Preço</p>	<p>Aberto</p>	<p>Sim</p>
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
<p>Telefone: 69.3212-9243</p>		<p><a href="mailto:cogen1.supel@gmail.com">cogen1.supel@gmail.com</a></p>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>		
<p>1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.</p>		
<p>2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (ex.: <b>90001/2024</b>)</p>		

### SUMÁRIO

- DO PREÂMBULO;
- DO OBJETO;
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
- DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
- DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
- A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- DA FASE DE HABILITAÇÃO;

10. DO RECURSO;
11. DA HOMOLOGAÇÃO;
12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
16. DOS ANEXOS;

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES**, por meio da **Portaria nº 230/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 17 de Setembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90656/2025 /SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **contratação** de empresa especializada na locação de gerador de energia elétrica para atender as demandas no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado em Ji-Paraná, Rondônia, local de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do estado de Rondônia - RONDOLITE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

### 2.3.1. Das Especificações Técnicas:

<b>LOTE 01: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR</b>
--

**LOTE 01: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR**

Item	Código Catálogo Catmat	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Diárias
01	446128	<p><b>06 (seis) Grupos Geradores 150 KVA</b></p> <p>Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 120 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.</p> <p>O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. O conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.</p>	Diária	06
02	446128 (Similar)	<p><b>02 (dois) Grupos Geradores 500 KVA</b></p> <p>Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 400 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.</p> <p>O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. Cada conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.</p>	Diária	06

### **2.3.2. Das complementações das Especificações Técnicas:**

a) Regime de Operação e Autonomia: Cada grupo gerador deverá possuir autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua por abastecimento, considerando carga plena (100% da potência nominal). Durante o evento, deverá operar 12 (doze) horas por dia, totalizando 72 (setenta e duas) horas de utilização. O combustível e toda a logística de reabastecimento são de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá garantir o pleno funcionamento durante todo o período de operação.

b) Cabos e Conexões Elétricas: Os cabos de ligação entre o gerador e o poste de alimentação, bem como entre o gerador e o painel do galpão, são de responsabilidade integral da contratada. Deverão ser utilizados condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, temperatura de operação de 90°C, com seção nominal (mm<sup>2</sup>) e diâmetro calculados pelo responsável técnico da contratada, conforme critérios da Tabela 02 – NDU 002 e demais normas aplicáveis.

c) Quadro de Comando e Proteções: O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador montado sobre a base do grupo gerador, permitindo operação automática e manual, executando supervisão do sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal. Deverá possuir dispositivos de medição de potência ativa (kW), potência aparente (kVA), energia ativa (kWh), tensões de fase e de linha (Vca), frequência (Hz) e corrente por fase, além de proteções com disjuntores por fase e corte geral.

d) Funcionamento e Automatismo: Em caso de falha na rede elétrica da concessionária, o grupo gerador deverá entrar automaticamente em operação, garantindo o fornecimento à carga de emergência. O quadro de automatismo deverá possuir três modos de operação: Desligado, com o módulo de automatismo desativado e o contator da rede ligado; Manual, permitindo ao operador iniciar ou parar o grupo gerador e realizar a transferência de carga entre rede e gerador; e Automático, no qual o contator da rede permanece ligado enquanto houver energia comercial. O sistema deverá detectar condições de subtensão, sobretensão, falta de fase, inversão de fase ou ausência total de energia, acionando automaticamente o gerador. Após a estabilização da tensão, a carga deverá ser transferida automaticamente para o grupo gerador. Em caso de falha durante a operação, o sistema deverá executar o desligamento automático e seguro do equipamento. Quando a rede comercial for restabelecida, o sistema deverá monitorar sua estabilidade por, no mínimo, 20 (vinte) segundos antes de comandar a transferência da carga de volta à rede, mantendo o grupo gerador em operação em vazio para resfriamento e posterior estado de prontidão.

e) Quadro de Transferência Automática e Proteções: para cada grupo gerador deverá ser fornecido um QTA (Quadro de Transferência Automática) acoplado a cada grupo gerador, contendo um conjunto de chaves de transferência automáticas compostas por dois contadores eletromagnéticos com capacidade adequada ao sistema e intertravamentos elétrico e mecânico, garantindo operação segura e sem paralelismo entre rede e gerador. O sistema de proteção deverá incluir chave seccionadora com disjuntor tripolar termomagnético, dimensionado conforme a corrente nominal do conjunto.

f) Responsabilidade Técnica e Operacional: A contratada deverá apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à instalação e interligação elétrica do sistema, devidamente registrada no CREA, e manter operador de plantão durante o período de utilização do evento, a fim de sanar eventuais falhas operacionais e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos.

g) Segurança e Acesso Restrito: Para segurança dos transeuntes e do público, o grupo gerador deverá estar protegido por grade metálica de no mínimo 1,20 m de altura, com portão de acesso exclusivo para o técnico responsável pelo monitoramento e operação. O sistema deverá garantir isolamento físico adequado para evitar acesso indevido e riscos elétricos.

h) Condições Ambientais e Instalação: Os grupos geradores deverão ser do tipo carenado, próprios para funcionamento ao tempo, com proteção contra sol, chuva e ventos, permitindo a operação em áreas externas descobertas e desprotegidas. A instalação será realizada no Centro Tecnológico Vandeci Rack – Ji-Paraná/RO, em local a ser definido pela coordenação do evento, devendo o equipamento ser posicionado de forma a assegurar ventilação adequada, acesso técnico e segurança operacional.

### **2.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 6. e seus subitens do**



Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4.1. Considerando a natureza do objeto da contratação e as características da prestação do serviço, **não será exigida garantia específica do objeto**, sem prejuízo da obrigação da contratada de executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

2.4.2. A contratada deverá assegurar **assistência técnica e operacional integral durante todo o período da locação**, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição imediata de equipamentos em caso de falha, bem como suporte operacional para garantir o pleno funcionamento dos geradores.

## **2.5. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**

2.5.1. A presente contratação **não possui caráter continuado**, uma vez que se trata de uma locação de grupo geradores, destinada a atender demandas específicas dos eventos 13º Rondônia Rural Show e 7º Rondoleite.

2.5.2. A locação tem como objetivo garantir a segurança e continuidade das atividades da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Rondoleite em casos de falhas no fornecimento energético. Trata-se de uma intervenção específica, não envolvendo a prestação contínua de serviços após a conclusão dos serviços.

2.5.3. Portanto, não se configura como contratação de natureza continuada, nos termos definidos pelo art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, pois não exige manutenção de vínculo contratual para execução de atividades permanentes após a efetivação do serviço.

2.5.4. A contratada deverá assegurar **assistência técnica e operacional integral durante todo o período da locação**, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição imediata de equipamentos em caso de falha, bem como suporte operacional para garantir o pleno funcionamento dos geradores.

2.5.5. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

**2.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 27. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

### **2.6.1 REAJUSTE CONTRATUAL:**

2.6.2 Considerando o prazo de vigência contratual (90 dias), não se prevê reajuste de valores, salvo hipótese excepcional prevista no Decreto Estadual nº 28.874/2024, observando os dispostos no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

2.6.3 Os valores contratados serão fixos e irredutíveis pelo período inferior a um ano, de acordo com o art. 2º, §1º da [Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001](#).

**2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 11.5 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

### **2.7.1. Do Acompanhamento:**

2.7.2. A entrega do LOTE 1 deverá ocorrer de acordo com as especificações do Termo de Referência e do Edital de Licitação, de forma **integral**. A entrega da locação dos grupos geradores será fiscalizada pela Comissão de Fiscalização e Recebimento de Materiais da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), composta para este fim, conforme Portaria nº 142, de 30 de julho de 2025 (0064185385). A entrega ocorrerá no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, localizado no Km 333 da BR 364, a 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da Rondônia Rural Show Internacional.

2.7.3 Essas medidas demonstram o compromisso da SEAGRI em garantir que a gestão e a

fiscalização dos contratos sejam conduzidas com a máxima eficiência e conformidade legal, contribuindo para o sucesso e o êxito da 13ª Rondônia Rural Show Internacional.

**2.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 11.7 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.8.1. Das condições de Recebimento:**

**2.8.2. Recebimento Provisório:**

**2.8.3.** Os objetos desta solicitação serão recebidos provisoriamente imediatamente após a entrega, com um prazo de até **1 (um) dia útil** para a posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações contidas no Termo de Referência. O recebimento provisório será formalizado por meio de um recibo emitido na nota fiscal no momento da entrega.

**2.8.4. Recebimento Definitivo:**

Os objetos desta solicitação serão recebidos em caráter definitivo após a conclusão da vistoria e o término do prazo de observação, que não poderá exceder **5 (cinco) dias**, salvo em casos devidamente justificados. O recebimento definitivo ocorrerá mediante comprovação da conformidade dos objetos com os termos contratuais e a consequente aceitação.

**2.8.5.** Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, em desacordo com as especificações ou com a proposta, o prazo para o recebimento definitivo será interrompido e o prazo de pagamento suspenso até que a situação seja devidamente corrigida.

**2.8.6.** Cabe ressaltar que tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo não eximem a empresa fornecedora das responsabilidades civis relativas à qualidade e segurança do produto entregue, nem da responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução da entrega, conforme previsto em lei.

**2.8.7.** A contratada deverá permitir e proporcionar condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo as informações necessárias, garantindo acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela comissão de fiscalização e/ou coordenação do evento.

**2.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 20. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.9.1. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Capítulo IX Art. 188 a 192 do Decreto nº 28.874 que regulamenta a Lei 14.133/2021, Art. 141, Capítulo X)**

**2.9.2.** O pagamento será efetuado dentro do prazo legal de **30 (trinta) dias úteis** em conformidade ao estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de apresentação formal da documentação fiscal e contratual exigida, após a devida liquidação da despesa. Será respeitada a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, observando-se a distinção por fonte de recursos e categoria contratual, nos termos do art. 141 da referida Lei.

**2.9.3.** No caso de prestação adicional de serviços, a empresa contratada deverá emitir duas notas fiscais distintas: uma para a locação do material e outra para o serviço prestado. Alternativamente, é permitido emitir uma única nota fiscal, desde que esta discrimine de forma clara e separada os valores correspondentes à locação e aos serviços, garantindo assim a adequada tributação e conformidade com as disposições fiscais pertinentes.

§ 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.

§ 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação

a) Nota fiscal; (Em nome da fonte pagadora, conforme dados contidos na Nota de Empenho)



- b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, 07/07/2011).

2.9.4. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento.

2.9.5. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

2.9.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001- 67, Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari

2.9.7. No caso de prestação de serviços, a empresa contratada deverá emitir duas notas fiscais distintas: uma para a locação do material e outra para o serviço prestado. Alternativamente, é permitido emitir uma única nota fiscal, desde que esta discrimine de forma clara e separada os valores correspondentes à locação e aos serviços, garantindo assim a adequada tributação e conformidade com as disposições fiscais pertinentes.

2.9.8. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.9.9. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

2.9.10. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a SEAGRI a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

2.9.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

2.9.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

2.9.13. A SEAGRI efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

2.9.14. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

2.9.15. Considerando a condição de pagamento estabelecida na qual condiciona a quitação de cada Nota Fiscal à apresentação de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista — notadamente a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidões Negativas Municipal, Federal e de Débitos Trabalhistas —, cumpre ressaltar que, embora a exigência de regularidade fiscal e trabalhista configure requisito indispensável para a habilitação e manutenção de contratos com a

Administração Pública, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.666/1993 e art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não se admite a retenção indevida de valores referentes a serviços já executados e recebidos, em razão do descumprimento dessa obrigação acessória, sob pena de caracterização de enriquecimento ilícito da Administração (art. 884 do Código Civil) e violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/1988); todavia, impõe-se aos gestores e fiscais do contrato a responsabilidade solidária de condicionar a efetiva liquidação e pagamento à verificação prévia e tempestiva da apresentação dos documentos comprobatórios necessários, assegurando a qualificação plena da prestação de serviços, o controle orçamentário e o cumprimento das cláusulas contratuais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplência.

2.9.16. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

**2.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 24.1 ao 24.1.15. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **2.10.1. Do Contratado:**

#### **2.10.2.**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir: A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração. (art. 125, da Lei 14.133/2021) (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual Nº 28.874/24).

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.10.3. Executar a instalação, operação, manutenção e gerenciamento técnico dos grupos geradores durante todo o período de vigência contratual, garantindo o fornecimento contínuo, seguro e eficiente de energia elétrica, conforme as especificações do Termo de Referência e as normas técnicas aplicáveis.

2.10.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021) (art. 42, XX, XXI, § 1º, VI, VII Decreto Estadual Nº 28.874/24).

2.10.5. Assegurar que os equipamentos estejam em plenas condições operacionais, com autonomia mínima de 12 (doze) horas de funcionamento contínuo, contemplando o abastecimento de combustível, os sistemas de controle, proteção e monitoramento necessários à operação ininterrupta.

2.10.6. Realizar todos os testes e ensaios operacionais antes do início do funcionamento, assegurando a estabilidade, o desempenho e a conformidade da geração de energia.

2.10.7. Apresentar, previamente à instalação, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado, devidamente registrada no CREA, abrangendo as atividades de

instalação, operação e manutenção, conforme o disposto na Lei nº 6.496/1977.

2.10.8. Manter, durante toda a execução contratual, equipe técnica qualificada em regime de plantão, com disponibilidade imediata para atendimento de ocorrências emergenciais e resolução de falhas, garantindo a continuidade e segurança da operação.

2.10.9. Executar integralmente as interligações elétricas, incluindo o fornecimento, lançamento e conexão dos cabos entre os grupos geradores e os pontos de consumo (quadros de distribuição, pavilhões e demais estruturas temporárias), bem como a ligação entre o gerador e o ponto de entrada da rede de alimentação externa, observando as normas técnicas pertinentes.

2.10.10. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, dispositivos de segurança, combustíveis e insumos necessários à execução integral dos serviços, abrangendo as etapas de mobilização, instalação, operação, manutenção, desmobilização e retirada dos equipamentos, sem ônus adicional à Administração.

2.10.11. Fornecer e manter em perfeito estado de funcionamento os equipamentos de prevenção e combate a incêndio, como extintores e sinalização de segurança, conforme as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO) e as normas ABNT NBR 12693 (Sistemas de proteção por extintores de incêndio) e ABNT NBR 13434 (Sinalização de segurança contra incêndio e pânico).

2.10.12. Providenciar e apresentar à fiscalização o formulário ANEXO K – Atestado de Abrangência do GMG (Grupo Motor Gerador), emitido pelo CBMRO, comprovando que a instalação e operação dos geradores atendem integralmente às exigências de segurança contra incêndio.

2.10.13. Realizar manutenções preventivas e corretivas sempre que necessário, mantendo os equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como apresentar plano de contingência operacional que assegure a continuidade do fornecimento de energia elétrica em caso de falha do equipamento principal, mediante disponibilização de grupo gerador reserva ou medidas técnicas equivalentes.

2.10.14. Responder integralmente por quaisquer danos materiais, pessoais ou ambientais decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles causados por prepostos, subcontratados ou fornecedores, não podendo alegar excludentes de responsabilidade sem comprovação técnica e jurídica formal.

2.10.15. Observar todas as normas de segurança do trabalho, ambientais e de prevenção de riscos, adotando medidas corretivas imediatas sempre que constatadas irregularidades.

2.10.16. Garantir a continuidade e regularidade do fornecimento de energia elétrica, sendo responsável por eventuais interrupções, oscilações ou falhas de desempenho, salvo em situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, expressamente aceitas pela Administração.

**2.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 24.2 ao 14.2.7. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.11.1. Da Contratante:**

**2.11.2.** Exercer a fiscalização técnica, administrativa e operacional dos serviços prestados, assegurando o cumprimento integral das condições e obrigações estabelecidas no contrato, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

2.11.3. Designar fiscal e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento das atividades, verificação da conformidade da execução, controle de prazos e análise dos documentos técnicos apresentados pela contratada, inclusive Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), plano de contingência e Atestado de Abrangência do GMG (ANEXO K) emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

2.11.4. Oferecer todas as informações e condições necessárias para viabilizar a execução dos serviços, incluindo a indicação precisa dos locais de instalação, acesso aos pontos de energia e cronograma de utilização, de modo a garantir a entrega e operação dos equipamentos conforme as especificações contratuais.

2.11.5. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços, observando os critérios estabelecidos na minuta contratual e nas normas pertinentes, verificando a conformidade dos equipamentos, materiais e instalações com as exigências técnicas e de segurança. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados ou materiais fornecidos que não atendam às condições contratualmente estabelecidas, exigindo da contratada as correções necessárias, sem ônus adicional à Administração.

2.11.6. Emitir a nota de empenho correspondente ao valor contratado, proceder à conferência das notas fiscais e demais documentos fiscais apresentados pela contratada, e efetuar o pagamento devido, observando os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e na legislação financeira vigente.

2.11.7. Aplicar as sanções administrativas e contratuais cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela contratada, comunicando aos órgãos de controle e registro competentes, conforme o disposto nos artigos 155 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

2.11.8. Manter registros e relatórios de acompanhamento da execução contratual, zelando pela boa aplicação dos recursos públicos e pela conformidade técnica e jurídica da contratação, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência administrativa.

**2.12 Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 19. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **2.12.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

**2.12.2.** Considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU/CGU, a aquisição dos itens previstos não incorrerá em impactos negativos ao ambiente e, via de consequência aos direitos humanos.

2.12.3. A justificativa para essa afirmação reside no fato de que a contratação de empresa especializada em locação de grupos geradores de energia elétrica, não apresenta características que possam causar danos significativos ao meio ambiente ou à saúde humana quando conduzido de acordo com as regulamentações.

2.12.4. Além disso, é importante destacar que a execução desse serviço estará sendo conduzida de acordo com as regulamentações e normas ambientais vigentes, garantindo que as fontes de fornecimento sejam ambientalmente responsáveis e que o serviço atenda aos requisitos de qualidade necessários.

2.12.5. Assim, a precaução está sendo tomada para assegurar que a contratação seja conduzida de forma ambientalmente sustentável, sem impactos adversos ao ambiente local ou aos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes de licitações sustentáveis estabelecidas.

2.12.6. A contratação deverá observar e promover o desenvolvimento nacional sustentável, em atendimento ao disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, e às diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas pelo Governo do Estado de Rondônia e pela Lei nº 14.133/2021.

2.12.7. A contratada deverá adotar práticas compatíveis com a gestão ambiental responsável, assegurando o uso de materiais atóxicos, recicláveis e reutilizáveis, em conformidade com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR, observando, entre outras, aquelas relativas à fabricação, instalação e operação de equipamentos e insumos sustentáveis.

2.12.8. Os materiais e equipamentos deverão ser fornecidos por empresa especializada e devidamente regulamentada, com autorização dos órgãos competentes e atuação em conformidade com a legislação ambiental vigente e com os padrões de sustentabilidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no futuro Termo de Referência.

2.12.9. Considerando que a instalação e a operação dos grupos geradores podem ocasionar emissões atmosféricas, ruídos e risco de vazamento de combustíveis, deverão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

- a) Uso de bacias de contenção sob os tanques de combustível;
- b) Disposição de resíduos e óleo conforme Resolução CONAMA nº 362/2005;

- c) Equipamentos com níveis de ruído abaixo de 85 dB(A);
- d) Destinação correta de filtros, lubrificantes e embalagens por empresa licenciada.

### **3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:**

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [Cogen1.supel@gmail.com](mailto:Cogen1.supel@gmail.com);

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na **SUPEL**, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil.

4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.**

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 16. do Anexo I - Termo de Referência.**

#### **4.6.6.1. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO:**

**4.6.6.2.** Fica vedado a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista a baixa complexidade técnica dos objetos da licitação a serem adquiridos nos termos do Art. 15 da Lei Nº 14.133/2021.

**4.6.7 Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 14. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

#### **4.6.7.1. SUBCONTRATAÇÃO:**

**4.6.7.2.** Fica vedado a subcontratação, tendo em vista a baixa complexidade técnica dos objetos da licitação a serem adquiridos nos termos do §2º, do Art. 122, da Lei Nº 14.133/2021.

## **5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.



## **6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema **COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da **inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 10.5 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**, que somente será pública após a fase de lances.

### **6.7.1 Das Propostas:**

6.7.2. A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da presente licitação, sendo vedada a apresentação de quantitativos inferiores ou a oferta de especificações técnicas divergentes daquelas estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se o licitante aos limites nela fixados, nos termos do art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos de aceitabilidade que a Administração considerar pertinentes para a adequada análise da oferta.

6.7.3. A Administração poderá, a qualquer tempo durante o procedimento licitatório, especialmente nas fases de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnico-profissional e qualificação técnico-operacional, realizar diligências destinadas a esclarecer, complementar ou confirmar dados e informações apresentadas pelos licitantes, relativas à oferta e à conformidade do objeto licitado, com fundamento no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.4. As diligências poderão consistir, a critério da SEAGRI, na solicitação de documentos complementares, declarações adicionais, justificativas técnicas, memoriais descritivos, fotografias, especificações técnicas detalhadas ou, ainda, na realização de vistoria/inspeção in loco nas instalações de fabricação, produção ou armazenamento do licitante ou fornecedor, sendo certo que o não atendimento tempestivo às solicitações poderá ensejar a desclassificação da proposta, sem prejuízo da convocação do licitante subsequente, em observância ao princípio da continuidade do objeto e da seleção da proposta mais vantajosa.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor

consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:**

*a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);*

*b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).*

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, conforme **item 10.4 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

**7.7.1. Do Modo de Disputa:** Aberto, conforme Art. 56 Inciso I da Lei 14.133/2021.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.**

**7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:**

**a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;**

**b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;**

**c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;**

**d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.**

7.10. Persistindo o empate, será realizado **SORTEIO ELETRÔNICO** através do sistema Compras.gov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI N° 79.

**7.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 10.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:**

**a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);**

**b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;**

**c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;**

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

## **8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do **CHAT MENSAGEM** do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.**

**8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.**

**8.3.1.1. O prazo previsto no subitem 8.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**

**8.3.1.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 8.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**

**8.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.**

**8.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, em caso de descumprimento das exigências.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do

preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item XXX do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. **A PROPOSTA DE PREÇOS**, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com os itens 10.5. ao 10.5.3. do Anexo I - termo de Referência.

8.8.1. A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da presente licitação, sendo vedada a apresentação de quantitativos inferiores ou a oferta de especificações técnicas divergentes daquelas estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se o licitante aos limites nela fixados, nos termos do art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos de aceitabilidade que a Administração considerar pertinentes para a adequada análise da oferta.

8.8.2. A Administração poderá, a qualquer tempo durante o procedimento licitatório, especialmente nas fases de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnico-profissional e qualificação técnico-operacional, realizar diligências destinadas a esclarecer, complementar ou confirmar dados e informações apresentadas pelos licitantes, relativas à oferta e à conformidade do objeto licitado, com fundamento no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

8.8.3. As diligências poderão consistir, a critério da SEAGRI, na solicitação de documentos complementares, declarações adicionais, justificativas técnicas, memoriais descritivos, fotografias, especificações técnicas detalhadas ou, ainda, na realização de vistoria/inspeção in loco nas instalações de fabricação, produção ou armazenamento do licitante ou fornecedor, sendo certo que o não atendimento tempestivo às solicitações poderá ensejar a desclassificação da proposta, sem prejuízo da convocação do licitante subsequente, em observância ao princípio da continuidade do objeto e da seleção da proposta mais vantajosa.

**8.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

8.9.1. **A SUPEL** solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da **SUPEL** informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.9.4. O procedimento mencionado no item 8.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

8.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.**

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do **SICAF** e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – **CAGEFOR** da **SUPEL**, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**9.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.**

9.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.**

**9.7.1. O prazo previsto no subitem 9.7 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**

**9.7.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.7.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**

**9.8. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.**

**9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

***9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e***

***9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;***

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

**9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com**

início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do **FGTS**, relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

### **9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP** ou **DAP- P** válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do **INSS** – **CEI**, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa **RFB** nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da



consolidação respectiva.

#### **9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 22.1.2. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

##### **9.14.2. Qualificação Econômico Financeira:**

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **5% (cinco)** do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

c) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;

d) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

f) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.14.3 As regras descritas nos itens C e D deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

##### **9.14.4. Justificativa da exigência de qualificação Financeira:**

**9.14.5.** A exigência de qualificação econômico-financeira, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis, tem por objetivo assegurar que as empresas participantes do certame possua capacidade financeira mínima para assumir e executar as obrigações decorrentes do contrato a ser celebrado.

9.14.6. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve adotar critérios que garantam a seleção de licitantes com condições efetivas de honrar os compromissos assumidos, preservando a isonomia, a segurança jurídica e a vantagem do processo.

9.14.7. O parâmetro de **5% (cinco por cento) do valor estimado do item** como exigência mínima de Patrimônio Líquido ou Capital Social busca:

a) Reduzir riscos de inadimplência;

b) Garantir a execução contratual com qualidade e dentro dos prazos;

c) Minimizar problemas durante a execução do contrato;

d) Assegurar que a empresa esteja apta a enfrentar imprevistos de ordem econômica sem comprometer a entrega do objeto;

e) Proporcionar maior previsibilidade e segurança ao gestor e à equipe de fiscalização.

9.14.8. Portanto, a exigência de comprovação da capacidade econômico-financeira não apenas cumpre a legislação aplicável, mas constitui medida de prudência administrativa, indispensável à lisura, competitividade e eficiência da contratação pública.

## 9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos nos itens 22.1.5. ao 22.1.8.2. do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

### 9.15.2. Relativos à Qualificação Técnica-profissional e Técnico-operacional:

**9.15.3.** Ao que se refere à qualificação Técnica-Profissional e Técnica-operacional, o licitante deverá observar o Art. 67 da Lei 14.133/2021 no que couber, onde ressaltamos:

a) Comprovação de registro ou inscrição válida da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou conselho competente, em conformidade com as normas estabelecidas pelo CREA, CONFEA, ou pelo conselho competente, conforme a legislação vigente.

b) Comprovação de que, na data prevista para a entrega da proposta, o licitante possui vínculo com o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso. detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado. A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) pertence(m) ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através de uma das seguintes formas:

- 1) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;
  - 2) Certidão de Registro da licitante junto ao CREA ou Conselho pertinente em que conste o profissional como responsável técnico;
  - 3) Cópia do Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;
  - 4) Contrato de Prestação de Serviços, vigente na data da licitação;
  - 5) Contrato de Trabalho Registrado na DRT; ou
  - 6) Declaração formal indicando o profissional que será o responsável técnico pela obra, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.
- c) Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico pela execução de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam:

SERVIÇOS REQUERIDOS
<b>LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR COM ACIONAMENTO POR MOTOR A COMBUSTÃO, COM POTÊNCIA COMPATÍVEL A UM GERADOR COM REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO. TENSÃO 220/127Vca, TRIFÁSICO COM INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.</b>

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente reconhecido pelo CREA ou pelo conselho competente, que comprove a execução de obra com características semelhantes ao objeto da licitação. O atestado deve incluir, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, sendo permitido o somatório de atestados sequenciais, mesmo que referentes a períodos distintos.

SERVIÇOS REQUERIDOS	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR COM ACIONAMENTO POR MOTOR A COMBUSTÃO, COM POTÊNCIA COMPATÍVEL A UM GERADOR COM REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO. TENSÃO 220/127Vca, TRIFÁSICO COM INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.	KVA	570 KVA

e) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos execução trabalhos.

### 9.15.4. Justificativa da exigência da qualificação Técnico-operacional:

**9.15.5.** A exigência de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (ACT) e/ou

Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome da licitante, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente reconhecido pelo CREA ou conselho profissional competente, fundamenta-se na necessidade de assegurar a idoneidade técnica e a aptidão operacional das empresas participantes para a execução do objeto licitado. Trata-se de medida indispensável para garantir que a contratada possua experiência prévia e comprovada em serviços de natureza semelhante, assegurando maior confiabilidade na execução.

9.15.6. O objeto da contratação envolve atividades que exigem conhecimentos técnicos específicos, mão de obra qualificada e estrutura operacional adequada, de modo que a comprovação por meio de atestados reconhecidos pelo conselho de classe é necessária para mitigar riscos de inexecução ou falhas que possam comprometer a qualidade final dos serviços. Essa exigência, portanto, não é restritiva, mas proporcional e compatível com a complexidade do objeto, observando o equilíbrio entre a ampla competitividade e a necessidade de proteção do interesse público.

9.15.7. Ademais, a Lei nº 14.133/2021, em seus dispositivos referentes à habilitação técnica, confere à Administração a prerrogativa de exigir documentação que comprove a experiência anterior da licitante em atividades compatíveis com o objeto. Nesse sentido, a apresentação de ACT e/ou CAT devidamente registrado constitui prova idônea de que a empresa possui capacidade técnica para executar as obrigações contratuais, garantindo qualidade, segurança, cumprimento de prazos e eficiência no uso dos recursos públicos.

9.15.8. Assim, a exigência de qualificação técnico-operacional por meio de atestados reconhecidos pelo CREA ou conselho competente revela-se plenamente justificada, uma vez que assegura a adequada execução contratual, protege a Administração contra riscos decorrentes da inexperiência do contratado e reforça o princípio da eficiência, assegurando a entrega de resultados compatíveis com as necessidades da Administração Pública.

#### **9.15.9. Catálogo Técnico:**

**9.15.10.** O Catálogo Técnico integra a fase de habilitação técnica e tem por finalidade comprovar que o produto ofertado atende integralmente às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e nas normas aplicáveis. O documento deverá apresentar, de forma clara e verificável, as informações mínimas referentes aos grupos geradores ofertados em regime de locação, incluindo: marca, modelo, potência nominal (kVA), tipo e características do motor e do alternador, nível de ruído, capacidade do tanque de combustível, sistema de controle, proteção elétrica e demais parâmetros de desempenho.

9.15.11. A apresentação do catálogo técnico tem por objetivo assegurar a rastreabilidade e a verificabilidade das características técnicas do produto, permitindo à equipe de fiscalização comparar as especificações ofertadas com os requisitos mínimos estabelecidos no edital e no Estudo Técnico Preliminar. Além disso, o catálogo técnico funciona como instrumento de comprovação de desempenho, segurança e eficiência energética, garantindo que os equipamentos locados estejam adequados ao uso pretendido, de acordo com as condições operacionais e ambientais do evento.

9.15.12. Sua apresentação encontra amparo no art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021, que autoriza a solicitação de documentos de qualificação técnica para comprovação da capacidade do licitante. Assim, o catálogo técnico constitui instrumento essencial de avaliação e conformidade, contribuindo para contratações seguras, eficientes e alinhadas aos princípios da economicidade e do desenvolvimento sustentável.

9.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### **9.17. DAS DECLARAÇÕES:**

**9.17.1. Será verificado, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, se, no momento do cadastramento da proposta inicial, os licitantes declararam o cumprimento das exigências previstas nas disposições legais aplicáveis:**

a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordar com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

c) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

i) Cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) O licitante organizado em **COOPERATIVA** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.18. Não será necessária a juntada das documentações exigidas diretamente na plataforma Compras.gov.br, em meio eletrônico, juntamente com os demais documentos de habilitação e proposta.**

**9.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.**

## **10. DO RECURSO**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de **JULGAMENTO** e **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 . O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 23. e subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital.

### **13.2. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**13.3.** Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta aquisição serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
  - II – multa;
  - III – impedimento de licitar e contratar;
  - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II – as peculiaridades do caso concreto;
  - III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.4. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência	05	3,2% por dia
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência	02	0,4% por dia
7.	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de Cartão/equipamento/software; por ocorrência.	02	0,4% por dia
8.	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento sem a anuência prévia do Gestor do Contrato, por ocorrência(s);	01	0,2% por dia
9.	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento;	01	0,2% por dia
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
10.	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0% por dia
11.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
12.	Efetuar a restauração do sistema e reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia;	04	1,6% por dia

13.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
14.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
15.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
16.	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em numero mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	0,4% por dia
17.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
18.	Fornecer as senhas e relatórios exigidos para o objeto, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
19.	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia;	01	0,2% por dia
20.	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
21.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
22.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% por dia
23.	Fornecer suporte técnico à Contratante e à rede credenciada, por ocorrência e por dia		

13.5. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

#### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI ,RO, conforme estabelecido no item 12.5. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

##### **14.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**14.3** As despesas do presente processo correrão por conta das Atividades abaixo detalhada, conforme o Plano Plurianual, PPA 2024-2027 (0064185583) e LOA do exercício de 2025.

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1.500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.**

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - **DF**.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL** via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

15.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**15.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.**

## **16. DOS ANEXOS**

**16.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência (69953613);

**ANEXO II** - Quadro Estimativo de Preços (68526632);

**ANEXO III** - SAMS (0066531400);

**ANEXO IV** - Modelo de Minuta de Contrato (69953613);

**EZEQUIEL SALES DE LIMA**  
Membro da Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1  
Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025

**ROSEANNA NASCIMENTO ALVES DA SILVA**  
Pregoeira da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1  
Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Roseanna Nascimento Alves da Silva**, **Pregoeiro(a)**, em 12/03/2026, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ezequiel Sales de Lima**, **Membro**, em 12/03/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70049420** e o código CRC **F9326E5E**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0025.002528/2025-00

SEI nº 70049420



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

Núcleo de Compras Públicas - SEAGRI-NCP

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. **Unidade Administrativa:** Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI
- 1.2. **Unidade Orçamentária:** Coordenação de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Piscicultura - CDAP
- 1.3. **Unidade Solicitante:** Rondônia Rural Show - RRS

#### 2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL:

2.1. O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento licitatório, visando prover a contratação de serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, objetos deste, nos termos da legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

2.2. Modalidade de Licitação: pregão eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

2.3. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO (LOTE)**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

2.4. Dos Princípios a serem observados: conforme art. 5º da Lei 14.133/2021 eis os princípios a serem observados na sua aplicação:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Com base, ainda, nas experiências anteriores, definimos aqui o conjunto de elementos que nortearão o procedimento, desde a fase que se iniciou, com a solicitação encaminhada através da unidade solicitante do Documento de Formalização de Demanda - DFD 46 (69633001), Estudo Técnico Preliminar 33 (69632897) e Nota 227 complementar ao TR (69633031), até aos requisitos necessários à prestação dos serviços e posterior pagamento.

#### 3. OBJETO E OBJETIVO:

3.1. **Do Objeto** - Contratação de empresa especializada na locação de gerador de energia elétrica para atender as demandas no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado em Ji-Paraná, Rondônia, local de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7º Edição da Feira do Agronegócio do Leite do estado de Rondônia - RONDOLITE.

3.2. **Do Objetivo** - A contratação tem por objetivo garantir a locação de grupos geradores de energia elétrica, com instalação, operação e manutenção durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional e a 7ª Rondoleite, a serem realizadas no Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná/RO, assegurando o fornecimento contínuo e seguro de energia elétrica. A medida visa prevenir eventuais interrupções no abastecimento provenientes da rede concessionária, garantindo a regularidade e a segurança das atividades essenciais à realização dos eventos.

3.3. **Das Especificações Técnicas:**

LOTE 01: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR				
Item	Código Catálogo Catmat	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Diárias
01	446128	<p><b>06 (seis) Grupos Geradores 150 KVA</b></p> <p>Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 120 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.</p> <p>O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. O conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.</p>	Diária	06



02	446128 (Similar)	<p><b>02 (dois) Grupos Geradores 500 KVA</b></p> <p>Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 400 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.</p> <p>O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. Cada conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.</p>	Diária	06
----	---------------------	---	--------	----

\*Catálogo de Materiais – CATSER (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

### 3.3.1. Das complementações das Especificações Técnicas:

- **Regime de Operação e Autonomia:** Cada grupo gerador deverá possuir autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua por abastecimento, considerando carga plena (100% da potência nominal). Durante o evento, deverá operar 12 (doze) horas por dia, totalizando 72 (setenta e duas) horas de utilização. O combustível e toda a logística de reabastecimento são de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá garantir o pleno funcionamento durante todo o período de operação.
- **Cabos e Conexões Elétricas:** Os cabos de ligação entre o gerador e o poste de alimentação, bem como entre o gerador e o painel do galpão, são de responsabilidade integral da contratada. Deverão ser utilizados condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, temperatura de operação de 90°C, com seção nominal (mm²) e diâmetro calculados pelo responsável técnico da contratada, conforme critérios da Tabela 02 – NDU 002 e demais normas aplicáveis.
- **Quadro de Comando e Proteções:** O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador montado sobre a base do grupo gerador, permitindo operação automática e manual, executando supervisão do sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal. Deverá possuir dispositivos de medição de potência ativa (kW), potência aparente (kVA), energia ativa (kWh), tensões de fase e de linha (Vca), frequência (Hz) e corrente por fase, além de proteções com disjuntores por fase e corte geral.
- **Funcionamento e Automatismo:** Em caso de falha na rede elétrica da concessionária, o grupo gerador deverá entrar automaticamente em operação, garantindo o fornecimento à carga de emergência. O quadro de automatismo deverá possuir três modos de operação: Desligado,

com o módulo de automatismo desativado e o contator da rede ligado; Manual, permitindo ao operador iniciar ou parar o grupo gerador e realizar a transferência de carga entre rede e gerador; e Automático, no qual o contator da rede permanece ligado enquanto houver energia comercial. O sistema deverá detectar condições de subtensão, sobretensão, falta de fase, inversão de fase ou ausência total de energia, acionando automaticamente o gerador. Após a estabilização da tensão, a carga deverá ser transferida automaticamente para o grupo gerador. Em caso de falha durante a operação, o sistema deverá executar o desligamento automático e seguro do equipamento. Quando a rede comercial for restabelecida, o sistema deverá monitorar sua estabilidade por, no mínimo, 20 (vinte) segundos antes de comandar a transferência da carga de volta à rede, mantendo o grupo gerador em operação em vazio para resfriamento e posterior estado de prontidão.

- **Quadro de Transferência Automática e Proteções:** para cada grupo gerador deverá ser fornecido um QTA (Quadro de Transferência Automática) acoplado a cada grupo gerador, contendo um conjunto de chaves de transferência automáticas compostas por dois contadores eletromagnéticos com capacidade adequada ao sistema e intertravamentos elétrico e mecânico, garantindo operação segura e sem paralelismo entre rede e gerador. O sistema de proteção deverá incluir chave seccionadora com disjuntor tripolar termomagnético, dimensionado conforme a corrente nominal do conjunto.
- **Responsabilidade Técnica e Operacional:** A contratada deverá apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à instalação e interligação elétrica do sistema, devidamente registrada no CREA, e manter operador de plantão durante o período de utilização do evento, a fim de sanar eventuais falhas operacionais e garantir o pleno funcionamento dos equipamentos.
- **Segurança e Acesso Restrito:** Para segurança dos transeuntes e do público, o grupo gerador deverá estar protegido por grade metálica de no mínimo 1,20 m de altura, com portão de acesso exclusivo para o técnico responsável pelo monitoramento e operação. O sistema deverá garantir isolamento físico adequado para evitar acesso indevido e riscos elétricos.
- **Condições Ambientais e Instalação:** Os grupos geradores deverão ser do tipo carenado, próprios para funcionamento ao tempo, com proteção contra sol, chuva e ventos, permitindo a operação em áreas externas descobertas e desprotegidas. A instalação será realizada no Centro Tecnológico Vandeci Rack – Ji-Paraná/RO, em local a ser definido pela coordenação do evento, devendo o equipamento ser posicionado de forma a assegurar ventilação adequada, acesso técnico e segurança operacional.

### 3.3.2. Justificativas para a escolha por menor preço por lote:

3.3.2.1. O critério de julgamento a ser adotado para o presente certame será o de menor preço por lote, tendo em vista a natureza técnica e operacional do objeto, que consiste na locação, instalação, operação e manutenção de grupos geradores de energia elétrica destinados a garantir o fornecimento ininterrupto de energia durante a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Rondoleite, no Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná/RO.

3.3.2.2. A adoção do julgamento por lote justifica-se, primeiramente, pela indivisibilidade técnica e operacional do objeto. A execução dos serviços requer integração plena entre os equipamentos, padronização técnica e atuação coordenada de uma única empresa especializada, de modo a assegurar o perfeito funcionamento do sistema de geração e distribuição de energia. A eventual divisão do objeto entre diferentes fornecedores poderia acarretar incompatibilidades entre os equipamentos, falhas de comunicação técnica, divergências operacionais e descontinuidade no fornecimento, comprometendo o sucesso e a segurança do evento.

3.3.2.3. Além disso, a padronização e a compatibilidade dos equipamentos são fatores essenciais à eficiência da execução contratual. A contratação unificada de uma única empresa permite a utilização de geradores com as mesmas especificações técnicas e sistemas de controle, garantindo uniformidade na operação e reduzindo o risco de falhas decorrentes de divergências entre modelos, marcas ou configurações técnicas. Tal medida é indispensável para assegurar estabilidade energética, principalmente em um evento de grande porte e repercussão econômica.

3.3.2.4. A centralização contratual também assegura melhor organização e eficiência logística e administrativa, uma vez que simplifica as etapas de instalação, manutenção, abastecimento e monitoramento dos equipamentos, além de facilitar as ações de fiscalização e gestão por parte da Administração. A multiplicidade de fornecedores, por outro lado, acarretaria aumento da complexidade gerencial, dificuldades de comunicação e eventuais atrasos no cronograma, contrariando o princípio da eficiência previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2.5. Cumpre destacar, ainda, que a contratação por lote único contribui para a mitigação de riscos e continuidade dos serviços, pois a execução sob responsabilidade exclusiva de uma empresa assegura maior previsibilidade, rapidez de resposta em situações emergenciais e plena responsabilização contratual. Em caso de falhas ou interrupções, a Administração contará com um único interlocutor, o que elimina conflitos de responsabilidade e garante maior confiabilidade na prestação dos serviços.

3.3.2.6. Outro aspecto relevante é a vantajosidade econômica decorrente da economia de escala, que permite a obtenção de melhores condições de preço sem prejuízo da qualidade. A execução integral do objeto por um único fornecedor possibilita a otimização dos recursos técnicos, logísticos e operacionais, assegurando maior eficiência na execução e confiabilidade nos serviços prestados.

3.3.2.7. Dessa forma, a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote demonstra-se plenamente justificada, pois assegura uniformidade técnica, eficiência operacional, economicidade, segurança contratual e continuidade dos serviços, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência e vantajosidade que regem as contratações públicas, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

#### 4. **CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**

4.0.1. A presente contratação **não possui caráter continuado**, uma vez que se trata de uma locação de grupo geradores, destinada a atender demandas específicas dos eventos 13º Rondônia Rural Show e 7º Rondoleite.

4.0.2. A locação tem como objetivo garantir a segurança e continuidade das atividades da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Rondoleite em casos de falhas no fornecimento energético. Trata-se de uma intervenção específica, não envolvendo a prestação contínua de serviços após a conclusão dos serviços.

4.0.3. Portanto, não se configura como contratação de natureza continuada, nos termos definidos pelo art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, pois não exige manutenção de vínculo contratual para execução de atividades permanentes após a efetivação do serviço.

4.0.4. Ressalta-se que a formalização da contratação ocorrerá por meio de instrumento de contrato, uma vez que o objeto envolve obrigações futuras da contratada durante o período da locação, observando o disposto nos art. 89, e 95 da Lei nº 14.133/2021.

4.0.5. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

#### 5. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS:**

5.1. Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, haja visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII, do artigo 6º da Lei nº 14.133/21.

#### 6. **DA GARANTIA DO OBJETO E ASSISTENCIA TECNICA:**

6.1. Considerando a natureza do objeto da contratação e as características da prestação do serviço, **não será exigida garantia específica do objeto**, sem prejuízo da obrigação da contratada de executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

6.2. A contratada deverá assegurar **assistência técnica e operacional integral durante todo o período da locação**, incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição imediata de equipamentos em caso de falha, bem como suporte operacional para garantir o pleno funcionamento dos geradores.

## **7. AMOSTRAS:**

7.1. Não há exigência para a entrega de amostras.

## **8. DAS JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. A 13ª Rondônia Rural Show Internacional e a 7ª Rondoleite, promovidas pela Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI/RO, configuram-se como os maiores eventos do agronegócio da Região Norte, reunindo órgãos públicos, instituições financeiras, empresários, investidores, agricultores e produtores rurais de diferentes portes, desde pequenos até grandes empreendedores do setor produtivo.

8.2. A edição de 2025 destaca-se pela magnitude de sua operação e pela projeção econômica que proporciona ao Estado, com movimentação financeira estimada em mais de R\$ 5 bilhões, consolidando o evento como um importante vetor de desenvolvimento econômico, tecnológico e social.

8.3. Durante o período do evento, o Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná/RO, torna-se o epicentro de intensas atividades técnicas, comerciais e institucionais, exigindo infraestrutura elétrica estável e de alta confiabilidade para suportar equipamentos de sonorização, iluminação, climatização, refrigeração, sistemas audiovisuais, de segurança e de registro de dados.

8.4. Contudo, o fornecimento de energia elétrica pela concessionária local não atende plenamente à demanda elevada do evento, apresentando risco de sobrecarga e interrupções que podem comprometer a execução das atividades e a segurança das instalações.

8.5. Diante desse cenário, torna-se essencial a contratação de empresa especializada na locação de grupo(s) gerador(es) de energia elétrica, garantindo autonomia, estabilidade e segurança energética durante todo o período de realização da feira, incluindo montagem, execução e desmontagem das estruturas.

### **8.6. Justificativa da Necessidade:**

8.6.1. A locação de geradores visa atender uma demanda temporária e sazonal, não justificando a aquisição permanente de equipamentos dessa natureza, cujo uso seria restrito aos dias do evento. A solução locada permite reduzir custos operacionais, evitar despesas de manutenção e armazenamento, além de assegurar suporte técnico especializado para instalação, operação e manutenção preventiva e corretiva durante todo o período de utilização.

8.6.2. A presença dos grupos geradores garantirá uma fonte alternativa e independente de energia, eliminando riscos de interrupções que poderiam comprometer o funcionamento de sistemas essenciais, como sonorização, iluminação, segurança e transmissão de dados.

8.6.3. Além disso, os equipamentos deverão possuir sistemas de automação e proteção elétrica, capazes de distribuir energia de forma estável, evitando picos de tensão e quedas bruscas que possam causar danos irreparáveis a equipamentos sensíveis ou perda de dados.

8.6.4. Dessa forma, a contratação proposta assegura continuidade operacional, confiabilidade e qualidade técnica, elementos indispensáveis ao pleno sucesso do evento e à preservação da infraestrutura pública utilizada.

### **8.7. Justificativa do Interesse Público:**

8.7.1. A Rondônia Rural Show Internacional e a Rondoleite são eventos de interesse público comprovado, pois promovem o fortalecimento do agronegócio, a difusão de tecnologias sustentáveis e a integração entre os diversos elos da cadeia produtiva. Sua realização impacta diretamente no crescimento econômico regional, na geração de empregos e na atração de investimentos para o Estado de Rondônia.

8.7.2. Garantir a disponibilidade contínua de energia elétrica durante a feira é uma condição indispensável para o êxito das atividades públicas e privadas desenvolvidas no evento. Eventuais falhas no fornecimento de energia poderiam causar prejuízos financeiros, danos à imagem institucional do Estado e comprometimento da segurança e da experiência dos participantes.

8.7.3. Assim, a locação de grupo gerador representa medida preventiva e estratégica, em consonância com os princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.7.4. A contratação demonstra o comprometimento do Governo do Estado de Rondônia em

proporcionar infraestrutura adequada, segura e de alto desempenho, assegurando a execução dos eventos com padrão técnico elevado, reforçando a credibilidade institucional e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor produtivo estadual.

#### **8.8. Justificativa Técnica e Econômica:**

8.8.1. Para garantir a continuidade e a segurança das operações durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional e a 7ª Rondoleite, a Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri) optou pela contratação de uma empresa especializada na locação de geradores de energia elétrica. A solução consiste na locação de geradores de alta capacidade para atender emergências no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado em Ji-Paraná, Rondônia.

8.8.2. Os geradores serão utilizados para assegurar a operação ininterrupta das atividades do evento, oferecendo uma fonte de energia alternativa em caso de falhas na rede elétrica principal. A empresa selecionada será responsável pelo fornecimento, instalação, manutenção e operação dos equipamentos durante o evento, garantindo a disponibilidade de energia elétrica para todas as áreas críticas e atividades do evento.

#### **8.9. Justificativa Técnica:**

8.9.1. Do ponto de vista técnico, a locação de grupo(s) gerador(es) representa a melhor alternativa para suprir a demanda energética temporária do evento, tendo em vista que o fornecimento da concessionária local não possui capacidade suficiente para suportar o aumento expressivo de carga durante o período de realização da feira.

8.9.2. Os geradores a serem locados oferecem autonomia e estabilidade energética, permitindo a continuidade imediata das operações em caso de falha ou oscilação da rede pública, por meio de sistema automatizado de comutação (QTA). Tal característica elimina o risco de paralisações, danos a equipamentos e interrupção de atividades críticas, assegurando eficiência operacional e segurança das instalações elétricas.

8.9.3. A adoção de geradores modernos e certificados conforme normas da ABNT garante qualidade técnica, segurança e desempenho confiável, reduzindo riscos de acidentes e preservando a integridade de equipamentos sensíveis, como sistemas de sonorização, iluminação e climatização.

8.9.4. Além disso, a contratação de empresa especializada, com equipe técnica própria e experiência comprovada, assegura assistência imediata, manutenção preventiva e corretiva, abastecimento regular e operação supervisionada, eliminando falhas operacionais e conferindo à Administração maior controle e previsibilidade sobre o desempenho do sistema elétrico temporário.

8.9.5. Portanto, sob a ótica técnica, a locação de geradores é a solução que melhor atende à necessidade da Administração, garantindo confiabilidade, flexibilidade operacional e segurança, em consonância com os princípios da continuidade do serviço público, eficiência e planejamento.

#### **8.10. Justificativa Econômica:**

8.10.1. Sob o aspecto econômico, a locação temporária de geradores revela-se a alternativa mais vantajosa e racional para a Administração Pública, considerando o caráter sazonal e de curta duração do evento. A aquisição definitiva de equipamentos dessa natureza demandaria investimento elevado e imobilização de recursos públicos em bens que seriam utilizados apenas uma vez ao ano, gerando custos contínuos de manutenção, armazenagem e depreciação sem uso efetivo.

8.10.2. Por outro lado, a contratação por locação transfere à empresa contratada a responsabilidade pelos custos de instalação, transporte, manutenção, operação, combustível e seguro, eliminando despesas adicionais e assegurando que a Administração pague apenas pelo tempo efetivo de uso do equipamento. Tal solução garante previsibilidade orçamentária, uma vez que o valor contratual engloba todos os encargos operacionais, e permite maior controle financeiro, evitando gastos desnecessários com bens permanentes de utilização esporádica.

8.10.3. A locação também confere flexibilidade administrativa, possibilitando que a cada edição do evento o dimensionamento da potência e do número de geradores seja ajustado conforme a evolução da estrutura física e da carga elétrica demandada. Essa característica torna o contrato adaptável e sustentável, evitando ociosidade de equipamentos e maximizando a eficiência do investimento público.

8.10.4. Portanto, a solução de locação se justifica economicamente por aliar baixo custo de implantação, ausência de encargos permanentes e alta eficiência operacional, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 11, inciso IV, e em conformidade com as boas práticas de gestão fiscal e orçamentária da Administração Pública.

#### 8.11. **Dos Requisitos da Contratação:**

8.11.1. Os requisitos da contratação devem restringir-se aos elementos indispensáveis para assegurar que o objeto atenda adequadamente à necessidade da Administração, em conformidade com os princípios da especificação objetiva, do planejamento eficiente e da seleção da proposta apta a garantir o melhor resultado para o interesse público.

8.11.2. Considerando o disposto na legislação aplicável, os requisitos a seguir constituem os parâmetros mínimos que deverão nortear a contratação do sistema de geração de energia:

##### **I - Atendimento às Necessidades Energéticas**

O fornecedor deverá garantir que o conjunto de geração de energia atenda integralmente à demanda prevista para o local de instalação, observando os níveis de carga estimados, o perfil de utilização e as condições operacionais definidas pela Administração. A capacidade instalada deverá assegurar operação contínua e segura durante interrupções no fornecimento de energia elétrica.

##### **II - Conformidade Técnica e Habilitação da Contratada**

A contratada deverá demonstrar capacidade técnica por meio de:

- Comprovação de execução de serviços ou fornecimentos similares, quando cabível;
- Atendimento às normas técnicas aplicáveis ao objeto;
- Disponibilidade de equipe técnica qualificada para instalação, operação, manutenção e suporte;
- Possíveis certificações pertinentes ao desempenho e à segurança dos equipamentos.

Esses elementos deverão estar alinhados às exigências de habilitação técnica a serem detalhadas no Termo de Referência e no edital.

##### **III - Eficiência Energética e Sustentabilidade**

Os equipamentos e a solução ofertada deverão observar:

- Requisitos mínimos de eficiência energética compatíveis com o desempenho esperado;
- Atendimentos às normas ambientais vigentes, especialmente quanto a emissões e ruídos;
- Adoção de práticas de sustentabilidade pertinentes ao objeto, em conformidade com as diretrizes de compras sustentáveis da Administração Pública.

##### **IV - Disponibilidade Operacional e Suporte Técnico**

A solução contratada deverá assegurar:

- Disponibilidade técnica durante todo o período de operação previsto;
- Estrutura de atendimento para manutenção corretiva em prazos compatíveis com a criticidade do serviço;
- Disponibilidade de peças de reposição essenciais, de forma a reduzir o tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

##### **V - Manutenção Preventiva**

A contratada deverá realizar manutenção preventiva dos grupos geradores conforme especificações do fabricante e normas técnicas aplicáveis, assegurando a continuidade operacional, a segurança e a vida útil dos equipamentos.

##### **VI - Treinamento e Capacitação**

A contratada deverá fornecer treinamento aos operadores e usuários indicados pela Administração, contemplando:

- Procedimentos de operação segura;
- Procedimentos de monitoramento e cuidados básicos;
- Adoção de boas práticas de uso e preservação dos equipamentos.

8.11.3. Em resumo, a análise criteriosa das propostas recebidas são fundamentais para garantir a seleção de uma empresa de grupos geradores que atende não apenas às necessidades energéticas imediatas, mas que também oferece suporte técnico contínuo, eficiência energética e sustentabilidade a longo prazo. Dessa forma, o contratante poderá contar com um sistema de energia confiável e eficaz, garantindo a continuidade de suas operações mesmo em situações adversárias.

## 8.12. **Dos Resultados Pretendidos:**

8.12.1. A contratação proposta tem como finalidade assegurar o fornecimento contínuo e seguro de energia elétrica durante a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e do 7º Rondoleite, eventos de grande relevância para o Estado de Rondônia e para o desenvolvimento do setor agropecuário regional. Busca-se, com isso, garantir a plena execução das atividades técnicas, expositivas, comerciais e institucionais, sem interrupções ou falhas que possam comprometer o bom andamento dos eventos e a segurança dos participantes.

8.12.2. Em termos de efetividade administrativa, pretende-se alcançar maior eficiência operacional, com a disponibilização de energia elétrica adequada às demandas variáveis das estruturas temporárias instaladas, tais como pavilhões, estandes, auditórios e sistemas de climatização, iluminação e som. A solução adotada, locação de grupos geradores, permitirá a otimização dos recursos públicos, uma vez que elimina a necessidade de aquisição de equipamentos permanentes de uso eventual, reduzindo custos de investimento, manutenção e depreciação de ativos.

8.12.3. Do ponto de vista da gestão técnica, a contratação pretende assegurar alto desempenho energético, confiabilidade e conformidade com as normas de segurança e ambientais vigentes, em especial as regulamentações da ABNT e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O fornecimento será acompanhado de manutenção preventiva e suporte técnico especializado, garantindo a continuidade do serviço e a mitigação de riscos operacionais, fatores essenciais à eficiência da Administração.

8.12.4. Sob a ótica do desenvolvimento nacional sustentável, a medida contribui para a promoção de práticas ambientalmente responsáveis, ao evitar a ociosidade de equipamentos e reduzir o consumo de materiais e energia associados à aquisição e manutenção de bens permanentes. Ademais, a contratação prioriza fornecedores locais e regionais, estimulando a economia circular e a geração de empregos diretos e indiretos, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade, inovação e eficiência previstos no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133 de 2021.

8.12.5. Portanto, os resultados esperados com esta contratação compreendem:

- Efetividade operacional, por meio do fornecimento contínuo e seguro de energia elétrica;
- Eficiência econômica, com redução de custos e melhor alocação dos recursos públicos;
- Sustentabilidade ambiental, mediante o uso racional de recursos e redução de passivos de equipamentos;
- Desenvolvimento regional, com estímulo à contratação de empresas locais e fortalecimento do setor de serviços técnicos especializados.

8.13. Em síntese, a contratação busca maximizar a eficiência da gestão pública, garantir a segurança e regularidade da execução dos eventos e contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia, em consonância com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133 de 2021.

## 9. **DAS QUANTIDADES ESTIMADAS:**

9.1. Para definir as quantidades, foi considerada a estimativa levantada com base nas edições



anteriores em que foi necessária a locação do objeto, conforme demonstrado na memória de cálculo abaixo descrito:

Processo SEI	Quantidade (diárias)	Descrição	Ano	Nota de Empenho
0025.328490/2021-61	06	Contratação de empresas especializadas na locação de Grupo Gerador	2022	N.2022NE000172 (ID.0027643050)
0025.071556/2022-16	06	Contratação de empresa para locação de Grupo Gerador de Energia Elétrica	2023	N.2023NE000124 (ID.0036598161) N.2023NE000151 (ID.0036645515)
0025.003920/2023-04	06	Contratação de empresa para locação de Grupo Gerador de Energia Elétrica	2024	N.2024NE000198 (ID.0048097675)
0025.002641/2024-04	06	Contratação de empresa para locação de Grupo Gerador de Energia Elétrica	2025	N.2025NE000171 (ID.0059360966)

9.1.1. Para a 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional, a quantidade de objetos a serem locados será semelhante a quantidade da 12ª edição.

9.1.2. A tabela a seguir, realizada com levantamento da equipe técnica da SEAGRI apresenta a demanda energética específica de cada ambiente da 13ª edição da Rondônia Rural Show, a ser realizada no Centro Tecnológico Vandeci Rack, sendo esta essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades programadas no evento.

Descrição do espaço	Unidade de Medida	Potência Requisitada	Quantidade
CAPTAÇÃO DE ÁGUA - CAERD	KVA	150	01
ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA - CAERD	KVA	150	01
PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO COMIDA BRASILEIRA	KVA	150	01
EMATER	KVA	150	01
CARRETAS BANCOS	KVA	150	01
INTERNET/TELEFONIA	KVA	150	01
PAVILHÃO DA PECUÁRIA DE CORTE	KVA	500	01
PAVILHÃO DA RONDOLEITE/BOVINOCULTURA	KVA	500	01
<b>TOTAL</b>			<b>08</b>

9.1.3. A interrupção parcial ou total do fornecimento de energia elétrica, ou ainda falhas na rede elétrica fornecida, comprometeriam substancialmente a realização da 13ª edição da Rondônia Rural Show Internacional, ocasionando danos de difícil mensuração à Administração Pública. Tal situação é ainda mais crítica quando se considera que a 12ª edição do evento gerou um impacto econômico superior a R\$ 5,1 bilhões. Em face disso, é imprescindível a utilização de grupos geradores, os quais garantirão a continuidade do evento, mesmo diante de possíveis falhas no fornecimento de energia elétrica, assegurando o pleno funcionamento de máquinas e equipamentos essenciais.

## 9.2. Da Estimativa do valor da contratação:

9.2.1. A metodologia utilizada está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 58/2022 e pela Lei nº 14.133/2021, que regulamentam as contratações públicas no Brasil. Estas normativas fornecem um marco legal robusto para a condução de processos licitatórios, assegurando a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência das contratações.

Item	Descrição do Objeto	VALOR
01	Locação de 06 Grupos Geradores – 150 kVA	R\$ 141.073,9

02	Locação de 02 Grupos Geradores – 500 kVA	R\$ 180.303,06
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 321.377,04</b>

ITEM	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade de Diárias	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 120 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.</p> <p>O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. O conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.</p>	Diária	06	R\$ 23.512,33	R\$ 141.073,98

ITEM	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade de Diárias	Valor Unitário	Valor Total
02	<p>Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 400 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.</p> <p>O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. Cada conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.</p>	Diária	06	R\$ 30.050,51	R\$ 180.303,06
Valor estimado da contratação de <b>R\$ 321.377,04 (trezentos e vinte e um mil trezentos e setenta e sete reais e quatro centavos)</b>					

9.2.2. Considerando a melhor solução, a estimativa dos valores supracitadas foi constituída a partir da Cotação Banco de Preços (68527449) e Contratos (68528433, 68528507), vinculada ao Processo ao processo em tela, e também foram considerados os valores das aquisições realizadas durante a 11ª e 12ª Rondônia Rural Show a fim de elaborar estimativa prévia do custo da contratação, de tal forma que os preços reflitam a realidade de mercado. Após tais levantamentos foi agregado adicionalmente um acréscimo de 25%, com a finalidade de conferir maior segurança ao processo de contratação, de modo a minimizar as chances de fracasso licitatório e garantir a efetiva competitividade entre os fornecedores.

9.2.3. **LOTE 1 - R\$ 321.377,04 (trezentos e vinte e um mil trezentos e setenta e sete reais e quatro centavos)**

9.2.4. Considerando que há apenas 1 (um) lote, TOTAL - **R\$ 321.377,04 (trezentos e vinte e um mil trezentos e setenta e sete reais e quatro centavos)**

#### 10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento: Menor preço por **LOTE**. Conforme art. 40, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

## 10.2. **Justificativa para o parcelamento ou não da solução:**

10.2.1. A contratação de uma empresa especializada na locação de gerador de energia elétrica para atender emergências durante a 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Rondoleite, no Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná, Rondônia, será realizada sem parcelamento. A centralização em uma única empresa garante a uniformidade dos equipamentos e a continuidade operacional, essenciais para a segurança do evento. Isso também simplifica a logística e a gestão operacional, além de proporcionar economia de escala, resultando em melhores condições de preço sem comprometer a qualidade. A contratação única assegura maior clareza nas responsabilidades e maior confiabilidade nos serviços prestados, garantindo que a energia necessária para o sucesso do evento seja fornecida de maneira eficiente e segura.

10.2.2. Diante das informações acima e visando a ampla competitividade dos licitante, considerando as peculiaridades dos objetos da contratação, a solicitação esta de acordo com Art. 40, §3º I da Lei 14.133/2021.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

**I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;**

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

## 10.3. **Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

10.3.1. Os elementos constantes no Documento de Oficialização de Demanda 75 (0067099394) apresentam relação técnica e funcional direta entre si, demonstrando interdependência necessária para a adequada implementação da solução planejada. Destaca-se, contudo, que não foram identificadas contratações correlatas vigentes ou planejadas que possam impactar ou ser impactadas pela presente contratação, inexistindo, portanto, objetos semelhantes ou complementares já contratados que demandem integração específica. Ainda assim, a análise realizada atende ao dever de planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, assegurando que, caso surjam contratações relacionadas futuramente, estas possam ser devidamente alinhadas e compatibilizadas, garantindo coerência, eficiência, economicidade e segurança jurídica ao planejamento, sem prejuízo da autonomia técnica das equipes responsáveis.

10.4. **Do Modo de Disputa:** Aberto, conforme Art. 56 Inciso I da Lei 14.133/2021.

## 10.5. **Das Propostas:**

10.5.1. A proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da presente licitação, sendo vedada a apresentação de quantitativos inferiores ou a oferta de especificações técnicas divergentes daquelas estabelecidas no Termo de Referência, obrigando-se o licitante aos limites nela fixados, nos termos do art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos de aceitabilidade que a Administração considerar pertinentes para a adequada análise da oferta.

10.5.2. A Administração poderá, a qualquer tempo durante o procedimento licitatório, especialmente nas fases de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnico-profissional e qualificação técnico-operacional, realizar diligências destinadas a esclarecer, complementar ou confirmar dados e informações apresentadas pelos licitantes, relativas à oferta e à conformidade do objeto licitado, com fundamento no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.3. As diligências poderão consistir, a critério da SEAGRI, na solicitação de documentos complementares, declarações adicionais, justificativas técnicas, memoriais descritivos, fotografias, especificações técnicas detalhadas ou, ainda, na realização de vistoria/inspeção in loco nas instalações de fabricação, produção ou armazenamento do licitante ou fornecedor, sendo certo que o não atendimento tempestivo às solicitações poderá ensejar a desclassificação da proposta, sem prejuízo da convocação do licitante subsequente, em observância ao princípio da continuidade do objeto e da seleção da proposta mais vantajosa.

## 11. LOCAL, HORÁRIO, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

### 11.1. Do Local/Horário da entrega:

11.2. Os serviços deverão ser prestados no Centro Tecnológico Vandeci Rack- Ji-Paraná/RO, localizada no Km 333 da BR 364, 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional, de segunda-feira a sexta-feira em horário comercial.

11.3. A contratada deverá prestar os serviços de acordo com as especificações do termo de referência e edital de licitação, de forma integral. A Nota de Empenho, será disponibilizada a contratada assim que finalizar o certame licitatório havendo a habilitação do vencedor.

### 11.4. Do Cronograma de Entrega/Execução:

Item	Início da Entrega	Conclusão da Entrega	Recebimento provisório da Comissão de Fiscalização	Período de utilização dos itens
01 - Locação de 06 Grupos Geradores – 150 kVA	18/05/2026	22/05/2026	22 a 30/05/2026	25 a 30/05/2026
02 - Locação de 02 Grupos Geradores – 500 kVA	18/05/2026	22/05/2026	22 a 30/05/2026	25 a 30/05/2026

### 11.5. Do Acompanhamento:

11.6. A entrega do LOTE 1 deverá ocorrer de acordo com as especificações do Termo de Referência e do Edital de Licitação, de forma **integral**. A entrega da locação dos grupos geradores será fiscalizada pela Comissão de Fiscalização e Recebimento de Materiais da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), composta para este fim, conforme Portaria nº 142, de 30 de julho de 2025 (0064185385). A entrega ocorrerá no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, localizado no Km 333 da BR 364, a 11 km de Ji-Paraná, sentido Presidente Médici, local de realização da Rondônia Rural Show Internacional.

Essas medidas demonstram o compromisso da SEAGRI em garantir que a gestão e a fiscalização dos contratos sejam conduzidas com a máxima eficiência e conformidade legal, contribuindo para o sucesso e o êxito da 13ª Rondônia Rural Show Internacional.

### 11.7. Das condições de Recebimento:

#### 11.8. Recebimento Provisório:

11.8.1. Os objetos desta solicitação serão recebidos provisoriamente imediatamente após a entrega, com um prazo de até **1 (um) dia útil** para a posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações contidas no Termo de Referência. O recebimento provisório será formalizado por meio de um recibo emitido na nota fiscal no momento da entrega.

#### 11.9. Recebimento Definitivo:

11.9.1. Os objetos desta solicitação serão recebidos em caráter definitivo após a conclusão da vistoria e o término do prazo de observação, que não poderá exceder **5 (cinco) dias**, salvo em casos devidamente justificados. O recebimento definitivo ocorrerá mediante comprovação da conformidade dos objetos com os termos contratuais e a consequente aceitação.

11.9.2. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, em desacordo com as especificações ou com a proposta, o prazo para o recebimento definitivo será interrompido e o prazo de pagamento suspenso até que a situação seja devidamente corrigida.

11.9.3. Cabe ressaltar que tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo não eximem a empresa fornecedora das responsabilidades civis relativas à qualidade e segurança do produto entregue, nem da responsabilidade ética e profissional pela perfeita execução da entrega, conforme previsto em lei.

11.9.4. A contratada deverá permitir e proporcionar condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo as informações necessárias, garantindo acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela comissão de fiscalização e/ou coordenação do evento.

11.10. **Nota Fiscal:**

11.10.1. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento. Será emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001-67 - Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas - CEP 76.801.470 - Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari.

12. **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

12.1. Até a presente data, a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) informa que a Contratação de empresa especializada na locação de gerador de energia elétrica para atender as demandas no Centro Tecnológico Vandeci Rack não está contemplada no Plano de Contratações Anual vigente para o exercício de 2025.

12.2. Entretanto, informamos que a Contratação de empresa especializada na locação de gerador de energia elétrica para atender as demandas no Centro Tecnológico Vandeci Rack será incluída no Plano de Contratações Anual de 2026, ano em que a feira ocorrerá. Esse plano encontra-se em fase de elaboração, conforme Processo nº 0025.002223/2025-90 e Declaração (0064185999).

12.3. A SEAGRI reafirma seu compromisso com a boa governança e com o aprimoramento contínuo das práticas de planejamento, assegurando que serão adotadas todas as medidas necessárias para a publicação do PAC/2026. O novo plano refletirá de forma fiel as demandas e prioridades institucionais, fortalecendo a transparência e a eficiência nas contratações públicas.

12.4. **ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

12.4.1. Até a conclusão deste estudo, a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI) ainda não havia publicado o Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026 - Processo 0025.002223/2025-90. No entanto, é relevante destacar que as contratações relacionadas à 13ª Rondônia Rural Show Internacional estão devidamente contempladas no Plano Plurianual do Estado de Rondônia (PPA). O PPA, amparado pelo artigo 165 da Constituição Federal, é um instrumento de planejamento que visa organizar e viabilizar a ação governamental, alinhando-se com os princípios e objetivos da República. O planejamento orçamentário da 13ª Rondônia Rural Show Internacional está previsto no PPA 2024-2027 da SEAGRI, no Programa Ação nº 2003 - Desenvolvimento da Atividade Produtiva da Agropecuária (0064185583).

12.4.2. O PPA delinea as políticas públicas do governo para um período de quatro anos, estabelecendo diretrizes para alcançar as metas estipuladas. Dessa forma, as contratações necessárias para a realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional estão alinhadas com o planejamento estratégico do Estado.

12.4.3. Vale ressaltar que a SEAGRI está empenhada em adotar todas as medidas necessárias para a elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC) Processo 0025.002223/2025-90, fortalecendo ainda mais o alinhamento entre as contratações e o planejamento estatal.

12.5. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1.500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

13. **LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

13.1. O levantamento de mercado foi estruturado com base em pesquisa documental, análise de contratações anteriores realizadas pela Administração Pública Estadual e consulta a fornecedores atuantes no segmento de geração de energia elétrica temporária, tendo sido identificadas três alternativas tecnicamente viáveis para o atendimento da demanda da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e do 7º Rondoleite. As soluções analisadas compreendem as modalidades de aquisição direta de grupos geradores, locação de equipamentos e terceirização integral dos serviços de energia elétrica, as quais foram avaliadas sob critérios objetivos de natureza técnica, econômica, operacional e de gestão de riscos.

13.2. A análise comparativa considerou, dentre outros parâmetros, o custo global estimado da contratação ao longo do ciclo de vida da solução, o grau de imobilização de capital público, a flexibilidade operacional, o nível de especialização técnica exigido da Administração, os riscos de descontinuidade do fornecimento, a complexidade logística, a compatibilidade com a natureza temporária e sazonal do evento e o impacto orçamentário imediato. Tais critérios foram definidos com base nos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133 de 2021.

13.3. A pesquisa de mercado evidenciou a existência de ampla oferta de empresas especializadas em locação e operação de grupos geradores, com atuação consolidada no estado de Rondônia e em regiões circunvizinhas, circunstância que favorece a competitividade do certame e amplia a probabilidade de obtenção de proposta mais vantajosa. A análise de certames anteriores promovidos pela SEAGRI, a exemplo dos processos administrativos de anos anteriores, demonstrou regular participação de fornecedores e execução satisfatória dos contratos firmados, não tendo sido identificadas barreiras técnicas ou restrições mercadológicas que inviabilizem a competição. Os requisitos técnicos previstos são compatíveis com a prática de mercado e guardam pertinência com as exigências de segurança e confiabilidade do fornecimento.

13.4. Assim, o levantamento não se limitou à descrição das alternativas, mas incorporou avaliação fundamentada quanto à aderência de cada modelagem à realidade do evento, considerando sua duração determinada, caráter temporário e elevada demanda energética concentrada em período específico.

### 13.5. **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO**

13.5.1. O levantamento de mercado identificou três alternativas tecnicamente viáveis para o atendimento da necessidade de fornecimento de energia elétrica temporária durante a realização dos eventos, as quais foram submetidas a exame comparativo com base em critérios objetivos previamente definidos.

#### 13.5.2. **Solução 01 – Aquisição Direta de Equipamentos**

13.5.2.1. A alternativa de aquisição definitiva dos grupos geradores implica investimento inicial elevado, incluindo custos de compra, transporte, instalação, seguros, manutenção preventiva e corretiva, armazenamento e eventual substituição de componentes ao longo do tempo. Sob o aspecto econômico, essa modelagem demanda significativa imobilização de capital público, com impacto imediato no orçamento e geração de despesas permanentes de custeio para guarda, operação e conservação dos equipamentos.

13.5.2.2. Do ponto de vista operacional, a aquisição exigiria a constituição ou ampliação de equipe técnica especializada para operação e manutenção, bem como estrutura física adequada para armazenamento em períodos de ociosidade. Considerando que os eventos possuem natureza temporária e periodicidade anual, verificou-se elevado risco de subutilização dos ativos ao longo do exercício financeiro, com consequente depreciação patrimonial e ineficiência alocativa de recursos públicos.

13.5.2.3. Em análise de custo benefício global, conclui-se que a aquisição direta não se mostra proporcional à frequência de uso e à duração limitada do evento, revelando menor aderência ao princípio da economicidade.

#### 13.5.3. **Solução 02 – Locação de Grupos Geradores**

13.5.3.1. A locação de grupos geradores apresenta compatibilidade direta com a natureza temporária e sazonal do evento, permitindo o dimensionamento da potência instalada de acordo com a carga efetivamente demandada, sem necessidade de imobilização patrimonial. Sob o aspecto econômico, a despesa restringe-se ao período de utilização, convertendo custo fixo potencial em custo variável vinculado à duração do evento.

13.5.4. No critério de gestão de riscos, a locação transfere ao fornecedor a responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos em caso de falha, disponibilidade de peças, suporte técnico especializado e atendimento emergencial, reduzindo significativamente o risco de descontinuidade do fornecimento.

13.5.5. Quanto à flexibilidade operacional, a solução permite ajustes de potência, inclusão de unidades redundantes e adequações técnicas conforme o layout final do evento, assegurando maior adaptabilidade às variações de carga. Ademais, empresas do segmento operam em conformidade com



normas técnicas e ambientais vigentes, disponibilizando equipamentos com certificações atualizadas e manutenção periódica comprovada.

13.5.6. Em análise comparativa de custo global estimado, risco operacional, flexibilidade e impacto orçamentário, a locação demonstra melhor relação entre custo e benefício para eventos de curta duração e grande porte, alinhando-se aos princípios da eficiência e da vantajosidade da contratação pública.

#### 13.5.7. **Solução 03 – Terceirização Integral dos Serviços**

13.5.7.1. A terceirização integral envolve a contratação de empresa para assumir não apenas a disponibilização dos grupos geradores, mas também a gestão completa do sistema temporário de distribuição elétrica do evento. Embora reduza o nível de gerenciamento interno pela Administração, essa modelagem apresenta custo global superior, em razão da agregação de serviços adicionais de coordenação e gerenciamento técnico integral.

13.5.8. Sob o aspecto da dependência operacional, verifica-se maior concentração de responsabilidades na contratada, com menor controle direto da Administração sobre parâmetros técnicos estratégicos. Tal solução mostra-se mais adequada a empreendimentos de longa duração ou com infraestrutura permanente complexa, o que não corresponde à realidade específica dos eventos em análise.

#### 13.6. **SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

13.6.1. Após a análise comparativa fundamentada nas variáveis de custo global estimado, impacto orçamentário, risco operacional, flexibilidade, necessidade de estrutura administrativa permanente e aderência à natureza temporária do evento, concluiu-se que a Solução 02, correspondente à locação de grupos geradores, representa a alternativa mais vantajosa para a Administração.

13.6.2. A escolha fundamenta-se na melhor relação entre custo e benefício, na mitigação de riscos de descontinuidade do fornecimento, na eliminação de despesas permanentes de manutenção e armazenamento, e na possibilidade de dimensionamento preciso da potência instalada conforme a demanda efetiva. Tal modelagem preserva a racionalidade do gasto público, evita imobilização desnecessária de capital e assegura eficiência operacional, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133 de 2021.

13.6.3. Dessa forma, a solução eleita demonstra superioridade técnica e econômica em relação às demais alternativas analisadas, atendendo ao interesse público, garantindo continuidade do fornecimento de energia elétrica durante os eventos e assegurando viabilidade financeira à contratação.

#### 14. **SUBCONTRATAÇÃO:**

14.1. Fica vedado a subcontratação, tendo em vista a baixa complexidade técnica dos objetos da licitação a serem adquiridos nos termos do §2º, do Art. 122, da Lei Nº 14.133/2021.

#### 15. **PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP:**

15.1. Vislumbra-se que **não será aplicado** o Art. 48, Inciso III da **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** para o cumprimento do disposto no art. 47 Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021), tendo em vista que a divisibilidade poderá trazer prejuízo na execução do objeto do certame.

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto do material de consumo para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

#### 16. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO:**

16.1. Fica vedado a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista a baixa complexidade técnica dos objetos da licitação a serem adquiridos nos termos do Art. 15 da Lei Nº 14.133/2021.

#### 17. **PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE COOPERATIVA:**

17.1. Fica vedada a participação de cooperativas, visto que a execução do serviço deve ser

realizada exclusivamente por empresas especializadas, nos termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

#### **18. DA EXCLUSÃO DE PESSOA FÍSICA:**

18.1. Desta forma, pelas razões espostas, supra, têm-se como certo a exclusão de participação de Pessoas Físicas na licitação, conforme artigo 34 inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, fazendo o paralelo, não se aplica, pois a contratação exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021).

#### **19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

19.1. Considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU/CGU, a aquisição dos itens previstos não incorrerá em impactos negativos ao ambiente e, via de consequência aos direitos humanos.

19.2. A justificativa para essa afirmação reside no fato de que a contratação de empresa especializada em locação de grupos geradores de energia elétrica, não apresenta características que possam causar danos significativos ao meio ambiente ou à saúde humana quando conduzido de acordo com as regulamentações.

19.3. Além disso, é importante destacar que a execução desse serviço estará sendo conduzida de acordo com as regulamentações e normas ambientais vigentes, garantindo que as fontes de fornecimento sejam ambientalmente responsáveis e que o serviço atenda aos requisitos de qualidade necessários.

19.4. Assim, a precaução está sendo tomada para assegurar que a contratação seja conduzida de forma ambientalmente sustentável, sem impactos adversos ao ambiente local ou aos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes de licitações sustentáveis estabelecidas.

19.5. A contratação deverá observar e promover o desenvolvimento nacional sustentável, em atendimento ao disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, e às diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas pelo Governo do Estado de Rondônia e pela Lei nº 14.133/2021.

19.6. A contratada deverá adotar práticas compatíveis com a gestão ambiental responsável, assegurando o uso de materiais atóxicos, recicláveis e reutilizáveis, em conformidade com as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR, observando, entre outras, aquelas relativas à fabricação, instalação e operação de equipamentos e insumos sustentáveis.

19.7. Os materiais e equipamentos deverão ser fornecidos por empresa especializada e devidamente regulamentada, com autorização dos órgãos competentes e atuação em conformidade com a legislação ambiental vigente e com os padrões de sustentabilidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no futuro Termo de Referência.

19.8. Considerando que a instalação e a operação dos grupos geradores podem ocasionar emissões atmosféricas, ruídos e risco de vazamento de combustíveis, deverão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

- Uso de bacias de contenção sob os tanques de combustível;
- Disposição de resíduos e óleo conforme Resolução CONAMA nº 362/2005;
- Equipamentos com níveis de ruído abaixo de 85 dB(A);
- Destinação correta de filtros, lubrificantes e embalagens por empresa licenciada.

#### **20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (CAPÍTULO IX ART. 188 A 192 DO DECRETO Nº 28.874 QUE REGULAMENTA A LEI 14.133/2021, ART. 141, CAPÍTULO X)**

20.1. O pagamento será efetuado dentro do prazo legal de **30 (trinta) dias úteis** em conformidade ao estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de apresentação formal da documentação fiscal e contratual exigida, após a devida liquidação da despesa. Será respeitada a ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, observando-se a distinção por fonte de recursos e categoria contratual, nos termos do art. 141 da referida Lei.

20.2. No caso de prestação adicional de serviços, a empresa contratada deverá emitir duas notas

fiscais distintas: uma para a locação do material e outra para o serviço prestado. Alternativamente, é permitido emitir uma única nota fiscal, desde que esta discrimine de forma clara e separada os valores correspondentes à locação e aos serviços, garantindo assim a adequada tributação e conformidade com as disposições fiscais pertinentes.

§ 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.

§ 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação

a) Nota fiscal; (Em nome da fonte pagadora, conforme dados contidos na Nota de Empenho)

b) Termo de Recebimento Definitivo do objeto;

c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);

d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;

e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade do FGTS;

g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, 07/07/2011).

20.3. As Notas Fiscais, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal, a descrição do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária para depósito do pagamento.

20.4. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

20.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, CNPJ: 03.682.401/0001- 67, Endereço: Av. Farquar, nº 2986 Bairro Pedrinhas – CEP 76.801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari

20.6. No caso de prestação de serviços, a empresa contratada deverá emitir duas notas fiscais distintas: uma para a locação do material e outra para o serviço prestado. Alternativamente, é permitido emitir uma única nota fiscal, desde que esta discrimine de forma clara e separada os valores correspondentes à locação e aos serviços, garantindo assim a adequada tributação e conformidade com as disposições fiscais pertinentes.

20.7. Não será efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20.8. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

20.9. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal (eletrônica), a SEAGRI a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

20.10. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

20.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

20.12. A SEAGRI efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

20.13. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal (eletrônica), a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão

Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e cópia do Contrato Social da Empresa.

20.14. Considerando a condição de pagamento estabelecida na qual condiciona a quitação de cada Nota Fiscal à apresentação de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista — notadamente a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidões Negativas Municipal, Federal e de Débitos Trabalhistas —, cumpre ressaltar que, embora a exigência de regularidade fiscal e trabalhista configure requisito indispensável para a habilitação e manutenção de contratos com a Administração Pública, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.666/1993 e art. 67 da Lei nº 14.133/2021, não se admite a retenção indevida de valores referentes a serviços já executados e recebidos, em razão do descumprimento dessa obrigação acessória, sob pena de caracterização de enriquecimento ilícito da Administração (art. 884 do Código Civil) e violação ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/1988); todavia, impõe-se aos gestores e fiscais do contrato a responsabilidade solidária de condicionar a efetiva liquidação e pagamento à verificação prévia e tempestiva da apresentação dos documentos comprobatórios necessários, assegurando a qualificação plena da prestação de serviços, o controle orçamentário e o cumprimento das cláusulas contratuais, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplência.

20.15. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## **21. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:**

21.1. No âmbito da organização administrativa e do planejamento da contratação, foram formalmente instituídas a Comissão de Contratação e a Equipe de Planejamento da Contratação, por meio da Portaria nº 188 de 23 de setembro de 2025 (0064400389), assegurando a definição de responsabilidades, a segregação de funções e o suporte técnico e administrativo necessário à fase preparatória do processo de contratação.

21.2. Também foram constituídas a Comissão Organizadora, a Comissão Executora e as Comissões de Gestão e Fiscalização dos eventos da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e da 7ª Rondoleite, conforme disposto na Portaria nº 37 de 30 de janeiro de 2026 (69683580), garantindo a estrutura organizacional necessária à coordenação, ao acompanhamento e à fiscalização das contratações relacionadas ao evento.

21.3. Como medida de fortalecimento da capacidade administrativa e do controle da execução, a equipe designada foi devidamente capacitada para atuação nas fases de planejamento, contratação e acompanhamento contratual.

21.4. No mesmo sentido, o Controle Interno da SEAGRI promoveu a padronização de modelos de documentos e fluxos processuais, com vistas a conferir maior uniformidade, celeridade e segurança jurídica à instrução dos processos administrativos, contribuindo para a mitigação de riscos formais e operacionais durante a tramitação da contratação

## **22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

22.1. Para fins de habilitação, previamente, a CONTRATADA deverá atender aos requisitos previstos nos Artigos 62 à 70 da Lei 14.133/21, relativamente à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, e, à regularidade fiscal e trabalhista.

22.1.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023
- f) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g). No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

22.1.2. **Qualificação Econômico Financeira:**

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **5% (cinco)** do valor estimado do item que o licitante estiver participando.
  - b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
  - b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
  - b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

22.1.2.1. As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

22.1.3. **Justificativa da exigência de qualificação Financeira:**

22.1.3.1. A exigência de qualificação econômico-financeira, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis, tem por objetivo assegurar que as empresas participantes do certame possua capacidade financeira mínima para assumir e executar as obrigações decorrentes do contrato a ser celebrado.

22.1.3.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve adotar critérios que garantam a seleção de licitantes com condições efetivas de honrar os compromissos assumidos, preservando a isonomia, a segurança jurídica e a vantajosidade do processo.

22.1.3.3. O parâmetro de **5% (cinco por cento) do valor estimado do item** como exigência mínima de Patrimônio Líquido ou Capital Social busca:

- Reduzir riscos de inadimplência;
- Garantir a execução contratual com qualidade e dentro dos prazos;
- Minimizar problemas durante a execução do contrato;
- Assegurar que a empresa esteja apta a enfrentar imprevistos de ordem econômica sem comprometer a entrega do objeto;
- Proporcionar maior previsibilidade e segurança ao gestor e à equipe de fiscalização.

22.1.3.4. Portanto, a exigência de comprovação da capacidade econômico-financeira não apenas cumpre a legislação aplicável, mas constitui medida de prudência administrativa, indispensável à lisura, competitividade e eficiência da contratação pública.

22.1.4. **Relativos à regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

22.1.5. **Relativos à Qualificação Técnica-profissional e Técnico-operacional:**

22.1.5.1. Ao que se refere à qualificação Técnica-Profissional e Técnico-operacional, o licitante deverá observar o Art. 67 da Lei 14.133/2021 no que couber, onde ressaltamos:

- a) Comprovação de registro ou inscrição válida da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou conselho competente, em conformidade com as normas estabelecidas pelo CREA, CONFEA, ou pelo conselho competente, conforme a legislação vigente.

b) Comprovação de que, na data prevista para a entrega da proposta, o licitante possui vínculo com o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso. detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado. A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) pertence(m) ao quadro permanente da empresa poderá ser feita através de uma das seguintes formas:

- Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;
- Certidão de Registro da licitante junto ao CREA ou Conselho pertinente em que conste o profissional como responsável técnico;
- Cópia do Contrato Social do licitante em que conste o profissional como sócio;
- Contrato de Prestação de Serviços, vigente na data da licitação;
- Contrato de Trabalho Registrado na DRT; ou
- Declaração formal indicando o profissional que será o responsável técnico pela obra, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

c) Acervo técnico do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico pela execução de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam:

SERVIÇOS REQUERIDOS
LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR COM ACIONAMENTO POR MOTOR A COMBUSTÃO, COM POTÊNCIA COMPATÍVEL A UM GERADOR COM REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO. TENSÃO 220/127Vca, TRIFÁSICO COM INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) e/ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome da licitante, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente reconhecido pelo CREA ou pelo conselho competente, que comprove a execução dos serviços com características semelhantes ao objeto da licitação. O atestado deve incluir, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, sendo permitido o somatório de atestados sequenciais, mesmo que referentes a períodos distintos.

SERVIÇOS REQUERIDOS	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR COM ACIONAMENTO POR MOTOR A COMBUSTÃO, COM POTÊNCIA COMPATÍVEL A UM GERADOR COM REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO. TENSÃO 220/127Vca, TRIFÁSICO COM INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.	KVA	570 KVA

e) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pela execução trabalhos.

#### 22.1.6. Justificativa da exigência da qualificação Técnico-operacional:

22.1.6.0.1. A exigência de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica (ACT) e/ou Certidão de Acervo Técnico (CAT), em nome da licitante, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente reconhecido pelo CREA ou conselho profissional competente, fundamenta-se na necessidade de assegurar a idoneidade técnica e a aptidão operacional das empresas participantes para a execução do objeto licitado. Trata-se de medida indispensável para garantir que a contratada possua experiência prévia e comprovada em serviços de natureza semelhante, assegurando maior confiabilidade na execução.

22.1.6.0.2. O objeto da contratação envolve atividades que exigem conhecimentos técnicos específicos, mão de obra qualificada e estrutura operacional adequada, de modo que a comprovação por meio de atestados reconhecidos pelo conselho de classe é necessária para mitigar riscos de inexecução ou falhas que possam comprometer a qualidade final dos serviços. Essa exigência, portanto, não é restritiva, mas



proporcional e compatível com a complexidade do objeto, observando o equilíbrio entre a ampla competitividade e a necessidade de proteção do interesse público.

22.1.6.0.3. Ademais, a Lei nº 14.133/2021, em seus dispositivos referentes à habilitação técnica, confere à Administração a prerrogativa de exigir documentação que comprove a experiência anterior da licitante em atividades compatíveis com o objeto. Nesse sentido, a apresentação de ACT e/ou CAT devidamente registrado constitui prova idônea de que a empresa possui capacidade técnica para executar as obrigações contratuais, garantindo qualidade, segurança, cumprimento de prazos e eficiência no uso dos recursos públicos.

22.1.6.0.4. Assim, a exigência de qualificação técnico-operacional por meio de atestados reconhecidos pelo CREA ou conselho competente revela-se plenamente justificada, uma vez que assegura a adequada execução contratual, protege a Administração contra riscos decorrentes da inexperiência do contratado e reforça o princípio da eficiência, assegurando a entrega de resultados compatíveis com as necessidades da Administração Pública.

#### 22.1.7. **Catálogo Técnico:**

22.1.7.1. O Catálogo Técnico integra a fase de habilitação técnica e tem por finalidade comprovar que o produto ofertado atende integralmente às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e nas normas aplicáveis. O documento deverá apresentar, de forma clara e verificável, as informações mínimas referentes aos grupos geradores ofertados em regime de locação, incluindo: marca, modelo, potência nominal (kVA), tipo e características do motor e do alternador, nível de ruído, capacidade do tanque de combustível, sistema de controle, proteção elétrica e demais parâmetros de desempenho.

22.1.7.2. A apresentação do catálogo técnico tem por objetivo assegurar a rastreabilidade e a verificabilidade das características técnicas do produto, permitindo à equipe de fiscalização comparar as especificações ofertadas com os requisitos mínimos estabelecidos no edital e no Estudo Técnico Preliminar. Além disso, o catálogo técnico funciona como instrumento de comprovação de desempenho, segurança e eficiência energética, garantindo que os equipamentos locados estejam adequados ao uso pretendido, de acordo com as condições operacionais e ambientais do evento.

22.1.7.3. Sua apresentação encontra amparo no art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021, que autoriza a solicitação de documentos de qualificação técnica para comprovação da capacidade do licitante. Assim, o catálogo técnico constitui instrumento essencial de avaliação e conformidade, contribuindo para contratações seguras, eficientes e alinhadas aos princípios da economicidade e do desenvolvimento sustentável.

#### 22.1.8. **Outras Declarações:**

22.1.8.1. O licitante deverá apresentar declaração cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Conforme art. 63, Inciso IV da Lei 14.133/2021

22.1.8.2. O Licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Conforme art. 63, Inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante **declaração** de que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos **para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas **leis trabalhistas**, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

### 23. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

23.1. Os direitos e deveres, bem como as respectivas sanções, decorrentes desta aquisição serão regulados especificamente pelas disposições do Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas,

respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, conforme legislações específicas e citação abaixo:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I – advertência;
  - II – multa;
  - III – impedimento de licitar e contratar;
  - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II – as peculiaridades do caso concreto;
  - III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I – quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de

competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei. Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156

desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I – reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – pagamento da multa;

III – transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV – cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V – análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23.2. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais dos incisos I a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/21, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie, estará sujeito à aplicação de multa moratória/compensatória, tendo como percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo, de até 30% do valor do contrato, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA *
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência	05	3,2% por dia
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência	02	0,4% por dia
7.	Fornecer informação pérvida de serviço ou substituição de Cartão/equipamento/software; por ocorrência.	02	0,4% por dia
8.	Manter credenciamento ou descredenciamento de estabelecimento sem a anuência prévia do Gestor do Contrato, por ocorrência(s);	01	0,2% por dia

9.	Tratar de maneira diferenciada os estabelecimentos credenciados por si, dos motivados por conta própria ou encaminhados pelo Gestor do Contrato, por ocorrência(s) e por estabelecimento;	01	0,2% por dia
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
10.	Efetuar o pagamento da rede credenciada no prazo estipulado; por dia e por ocorrência.	06	4,0% por dia
11.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
12.	Efetuar a restauração do sistema e reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia;	04	1,6% por dia
13.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
14.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
15.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência.	02	0,4% por dia
16.	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em numero mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato; por ocorrência.	02	0,4% por dia
17.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc.	02	0,4% por dia
18.	Fornecer as senhas e relatórios exigidos para o objeto, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
19.	Fiscalizar e controlar, diariamente, a atuação da rede credenciada, por estabelecimento e por dia;	01	0,2% por dia
20.	Credenciar estabelecimento por proposta própria ou encaminhada pelo Gestor do Contrato, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
21.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
22.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% por dia
23.	Fornecer suporte técnico à Contratante e à rede credenciada, por ocorrência e por dia	01	0,2% por dia

#### 24. **DEVERES CONTRATUAIS:**

##### 24.1. **Do Contratado:**

##### 24.1.1.

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas

obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir: A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do Artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração. (art. 125, da Lei 14.133/2021) (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual Nº 28.874/24).

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

24.1.2. Executar a instalação, operação, manutenção e gerenciamento técnico dos grupos geradores durante todo o período de vigência contratual, garantindo o fornecimento contínuo, seguro e eficiente de energia elétrica, conforme as especificações do Termo de Referência e as normas técnicas aplicáveis.

24.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021) (art. 42, XX, XXI, § 1º, VI, VII Decreto Estadual Nº 28.874/24).

24.1.4. Assegurar que os equipamentos estejam em plenas condições operacionais, com autonomia mínima de 12 (doze) horas de funcionamento contínuo, contemplando o abastecimento de combustível, os sistemas de controle, proteção e monitoramento necessários à operação ininterrupta.

24.1.5. Realizar todos os testes e ensaios operacionais antes do início do funcionamento, assegurando a estabilidade, o desempenho e a conformidade da geração de energia.

24.1.6. Apresentar, previamente à instalação, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado, devidamente registrada no CREA, abrangendo as atividades de instalação, operação e manutenção, conforme o disposto na Lei nº 6.496/1977.

24.1.7. Manter, durante toda a execução contratual, equipe técnica qualificada em regime de plantão, com disponibilidade imediata para atendimento de ocorrências emergenciais e resolução de falhas, garantindo a continuidade e segurança da operação.

24.1.8. Executar integralmente as interligações elétricas, incluindo o fornecimento, lançamento e conexão dos cabos entre os grupos geradores e os pontos de consumo (quadros de distribuição, pavilhões e demais estruturas temporárias), bem como a ligação entre o gerador e o ponto de entrada da rede de alimentação externa, observando as normas técnicas pertinentes.

24.1.9. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, dispositivos de segurança, combustíveis e insumos necessários à execução integral dos serviços, abrangendo as etapas de mobilização, instalação, operação, manutenção, desmobilização e retirada dos equipamentos, sem ônus adicional à Administração.

24.1.10. Fornecer e manter em perfeito estado de funcionamento os equipamentos de prevenção e combate a incêndio, como extintores e sinalização de segurança, conforme as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO) e as normas ABNT NBR 12693 (Sistemas de proteção por extintores de incêndio) e ABNT NBR 13434 (Sinalização de segurança contra incêndio e pânico).

24.1.11. Providenciar e apresentar à fiscalização o formulário ANEXO K – Atestado de Abrangência do GMG (Grupo Motor Gerador), emitido pelo CBMRO, comprovando que a instalação e operação dos geradores atendem integralmente às exigências de segurança contra incêndio.

24.1.12. Realizar manutenções preventivas e corretivas sempre que necessário, mantendo os equipamentos em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como apresentar plano de contingência operacional que assegure a continuidade do fornecimento de energia elétrica em caso de falha do equipamento principal, mediante disponibilização de grupo gerador reserva ou medidas técnicas equivalentes.

24.1.13. Responder integralmente por quaisquer danos materiais, pessoais ou ambientais decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles causados por prepostos, subcontratados ou fornecedores, não podendo alegar excludentes de responsabilidade sem comprovação técnica e jurídica formal.

24.1.14. Observar todas as normas de segurança do trabalho, ambientais e de prevenção de riscos, adotando medidas corretivas imediatas sempre que constatadas irregularidades.

24.1.15. Garantir a continuidade e regularidade do fornecimento de energia elétrica, sendo responsável por eventuais interrupções, oscilações ou falhas de desempenho, salvo em situações devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, expressamente aceitas pela Administração.

#### 24.2. **Da Contratante:**

24.2.1. Exercer a fiscalização técnica, administrativa e operacional dos serviços prestados, assegurando o cumprimento integral das condições e obrigações estabelecidas no contrato, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

24.2.2. Designar fiscal e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento das atividades, verificação da conformidade da execução, controle de prazos e análise dos documentos técnicos apresentados pela contratada, inclusive Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), plano de contingência e Atestado de Abrangência do GMG (ANEXO K) emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

24.2.3. Oferecer todas as informações e condições necessárias para viabilizar a execução dos serviços, incluindo a indicação precisa dos locais de instalação, acesso aos pontos de energia e cronograma de utilização, de modo a garantir a entrega e operação dos equipamentos conforme as especificações contratuais.

24.2.4. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços, observando os critérios estabelecidos na minuta contratual e nas normas pertinentes, verificando a conformidade dos equipamentos, materiais e instalações com as exigências técnicas e de segurança. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados ou materiais fornecidos que não atendam às condições contratualmente estabelecidas, exigindo da contratada as correções necessárias, sem ônus adicional à Administração.

24.2.5. Emitir a nota de empenho correspondente ao valor contratado, proceder à conferência das notas fiscais e demais documentos fiscais apresentados pela contratada, e efetuar o pagamento devido, observando os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e na legislação financeira vigente.

24.2.6. Aplicar as sanções administrativas e contratuais cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela contratada, comunicando aos órgãos de controle e registro competentes, conforme o disposto nos artigos 155 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

24.2.7. Manter registros e relatórios de acompanhamento da execução contratual, zelando pela boa aplicação dos recursos públicos e pela conformidade técnica e jurídica da contratação, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência administrativa.

### 25. **CONTRATO:**

25.1. Ressalta-se que a formalização da contratação ocorrerá por meio de instrumento de contrato, uma vez que o objeto envolve obrigações futuras da contratada durante o período da locação, observando o disposto nos art. 89, e 95 da Lei nº 14.133/2021.

#### 25.2. **Da Vigência do Contrato ou da Nota de Empenho:**

25.2.1. Conforme art. 84 da lei 14.133/2021, o prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogada de acordo com a necessidade da administração.

25.2.2. A vigência inicia-se na assinatura do contrato que deverá ser assinado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir de sua convocação.

### 26. **DAS GARANTIA CONTRATUAL:**

26.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

26.2. Considerando as características do objeto, bem como o baixo risco de prejuízo ao interesse público, **não será exigida garantia contratual para a presente contratação**, conforme decisão da Administração, nos termos da legislação vigente.

### 27. **REAJUSTE CONTRATUAL:**

27.1. Considerando o prazo de vigência contratual (90 dias), não se prevê reajuste de valores,

salvo hipótese excepcional prevista no Decreto Estadual nº 28.874/2024, observando os dispostos no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

27.2. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período inferior a um ano, onde os serviços serão utilizados apenas no evento descrito nos autos, de acordo com o art. 2º, §1º da [Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001](#).

## 28. **CONCLUSÃO:**

28.1. Ao expor claramente a motivação contratação de empresa especializada na locação de Grupos Geradores de Energia Elétrica, para atender situações de emergência no Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no município de Ji-Paraná, Rondônia, que será o local de realização da 12ª Rondônia Rural Show Internacional e 6ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do estado de Rondônia - RONDOLITE, agendada para o período de 26 a 31 de maio de 2025, pretende evidenciar o ato administrativo como revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais, no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude. Trata-se incontestavelmente de ato vinculado ou regrado, porque se enquadra entre aqueles para os quais a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, estabelece os requisitos e condições de sua realização.

28.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas oficialmente protocoladas ou por meio eletrônico, junto a sede da contratada.

28.3. O presente Termo fica condicionado à **Lei Federal nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como o Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, ficando a CONTRATADA ciente de que qualquer litígio entre a CONTRATANTE e CONTRATADA serão dirimidos com base nas referidas leis e suas alterações.

28.4. Será realizado consulta através do site da Fazenda (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>) referente as empresas fornecedoras optante pelo simples nacional.

28.5. **As omissões**, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

28.6. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual n. 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal. Neste sentido, dispõe esta Lei:

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 2º **A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.**

**Observação:** Vale ressaltar que diante das Legislações vigentes, esta unidade (Secretaria de Estado da Agricultura-SEAGRI) está obrigada a realizar as retenções de acordo com o cumprimento dos dispositivos legais.

### **ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO \_\_\_\_/20\_\_, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE RONDÔNIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI, E EMPRESA\_\_\_\_\_. CELEBRAM ENTRE SI**

O ESTADO DE RONDÔNIA, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - SEAGRI/RO, CNPJ 03.682.401/0001-67, sediada à Av. Farquar, nº 2786, Bairro Pedrinhas - Palácio Rio madeira, Edifício rio Jamari 3º Andar - Curso 3, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste



ato representado pelo representada por seu Secretário de Estado, LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA , portador do CPF/MF nº \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-34, e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MG nº \_\_\_\_\_, situado na Rua \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileira (o), casada (o) sob o regime \_\_\_\_\_, empresária (o), nascida (o) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, portadora da cédula de identidade sob o nº \_\_\_\_\_, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de \_\_\_\_\_ e CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada à Rua \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO N ° 0025.002528/2025-00, para contratação de empresa especializada em locação de grupos geradores, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento licitatório, com base na Lei Federal nº. 14.133/21 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

Contratação de empresa especializada na locação de Grupos Geradores de Energia Elétrica, para atender situações de emergência no Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no município de Ji-Paraná, Rondônia, que será o local de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7º Edição da Feira do Agronegócio do Leite do estado de Rondônia - RONDOLITE, agendada para o período de 25 a 30 de maio de 2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS**

Conforme o **item 5** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE ENTREGA DOS BENS**

Conforme o **item 11 e subitens** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

O valor do respectivo contrato é de \_\_\_\_\_, conforme a oferta final de preço proposto pela CONTRATADA, correspondendo ao objeto definido no Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA**

As despesas do presente processo correrão por conta das Atividades abaixo detalhada, conforme o Plano Plurianual, PPA 2024-2027 e LOA do exercício de 2026.

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO
19.001	2003	2023	1.500.0.00001	33.90.39	Prestação de serviço de terceiros

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

Conforme **item 20** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem o disposto no **item 24.1** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratante, também se incluem o disposto no **item 24.2** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:**

Sem prejuízo das sanções cominadas no Capítulo I - Das infrações e Sanções Administrativas, respectivamente do art. 155 à 163 da Lei nº 14.133/21e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no **item 22** do termo de referência, caso presente alguma das situações ali previstas.

**CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante ato formal e devidamente motivado pela Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão contratual poderá ocorrer de forma unilateral pela Administração, amigável entre as partes ou judicial, conforme as hipóteses previstas na legislação aplicável.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

#### **CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na Imprensa Oficial será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até vinte dias dessa data.

#### **CLÁUSULA DOZE – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

Conforme art. 84 da lei 14.133/2021, o prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogada de acordo com a necessidade da administração.

#### **CLÁUSULA TREZE - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Conforme **item 6** do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA CATORZE – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, Art 92 III.

#### **CLÁUSULA QUINZE – DO FORO**

O Foro para dirimir eventuais conflitos do contrato será o da Comarca de Porto Velho - Rondônia.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DO RISCO**

Conforme Mapa de Risco 32 (69633576), a probabilidade de ocorrências dos risco na contratação (MEDIO), permite a identificação das situações futuras e incertas que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a definição das medidas necessárias para tratar os riscos e as responsabilidades entre as partes, identificado no documento Adendo Matriz de Riscos, para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado. publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Porto Velho-RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Elaboração Comissão de Contratação	Validação Comissão de Contratação	Elaboração / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante
--	---	---	--

Elaboração Comissão de Contratação	Validação Comissão de Contratação	Elaboração / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante	Revisão / Requisitante Equipe de Planejamento da Contratação Setor demandante
<b>MARCOS VINICIUS MACHADO</b> Membro da Comissão Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI Portaria nº 188 de 23 de setembro de 2025 (0064400389)	<b>FÁBIO VENTURA DE OLIVEIRA</b> Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI Chefe de Núcleo	<b>ALEX FERNANDES ROSÁRIO</b> Engenheiro Civil - CREA 20639 D/RO Membro da Comissão de Projeto Civil e Arquitetônico Portaria nº 210 de 05 de novembro de 2025 (0066384522)	<b>ÉRICA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO</b> Comissão Organizadora da 13ª Rondônia Rural Show Internacional Portaria nº 210 de 05 de novembro de 2025 (0066384522)

Coordenadoria da Área Demandante
<b>POLIANE MOREIRA OLIVEIRA</b> Coordenadora de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura CDAP/SEAGRI-RO
Autoridade Competente
<b>LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA</b> Secretário de Estado da Agricultura-SEAGRI/RO



Documento assinado eletronicamente por **marcos vinicius machado de melo**, Assessor(a), em 11/03/2026, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ventura**, Chefe de Núcleo, em 11/03/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erica Ferrão**, Chefe de Unidade, em 11/03/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista**, Secretário(a), em 11/03/2026, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ALEX FERNANDES ROSARIO**, Assessor(a), em 11/03/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Poliane Moreira Oliveira**, Coordenador(a), em 11/03/2026, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69953613** e o código CRC **AFB3EFB1**.

---

**Referência:** Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0025.002528/2025-00

SEI nº 69953613

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. DIÁRIAS	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL DIÁRIAS <sup>2</sup>
1	06 (seis) Grupos Geradores 150 KVA	DIÁRIA	6	R\$ 24.990,00	R\$ 31.200,00	R\$ 24.060,00	R\$ 16.901,56	R\$ 20.410,11	16.901,56	R\$ 23.512,33	24.060,00	5.359,80	22,80%	MÉDIO	R\$ 141.073,98
2	02 (dois) Grupos Geradores 500 KVA	DIÁRIA	6	R\$ 29.000,00	R\$ 35.800,00	35072,4*	R\$ 25.351,54	N/C	25.351,54	R\$ 30.050,51	29.000,00	5.302,85	17,65%	MÉDIO	R\$ 180.303,06
									VALOR TOTAL						R\$ 321.377,04
<p><b>LEGENDA:</b> NC = Não encontrado Os preços coletados foram multiplicados pela quantidae unitária presente no descritivo.</p> <p><b>NOTA EXPLICATIVA:</b> <b>IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES</b></p> <div><div>EMP1</div><div>EMP2</div><div>EMP3</div><div>EMP4</div><div>EMP5</div></div> <div><div>BANCO DE PREÇOS</div><div>BANCO DE PREÇOS</div><div>BANCO DE PREÇOS</div><div>CONTRATO 430</div><div>CONTRATO 440</div></div>															
1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().															



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

Núcleo de Compras Públicas - SEAGRI-NCP

**SAMS**

**ÓRGÃO REQUISITANTE:** Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na locação de gerador de energia elétrica para atender as demandas no Centro Tecnológico Vandeci Rack, localizado em Ji-Paraná, Rondônia, local de realização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional e 7ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do estado de Rondônia - RONDOLEITE.

**OBS:** A Modalidade de Licitação se dará através de Pregão eletrônico, conforme art. 6º, inc. XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como critério de Julgamento: **MENOR PREÇO (LOTE)**, conforme art. 40º, § 2º inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nº processo: 0025.002528/2025-00	Projeto Atividade: 2023	Fonte: 1.500.0.00001	Elemento de Despesa: 33.90.39 (Serviço de Terceiros )
----------------------------------	----------------------------	----------------------	--

**LOTE 01: LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR**

Item	Código Catálogo Catmat	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade de Dias	Valor Unitário	Valor Total
------	------------------------------	-----------	----------------------	-----------------------	-------------------	----------------

		<p><b>06 (seis) Grupos Geradores 150 KVA</b></p> <p>Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 120 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.</p>				
01	446128	<p>O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. O conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.</p>	Diária	06		

02	446128 (Similar)	<b>02 (dois) Grupos Geradores 500 KVA</b>  Grupo gerador de energia elétrica com potência nominal mínima líquida de 400 kW em regime contínuo, tensão 220/127 V, frequência 60 Hz, ligação trifásica tipo estrela com neutro acessível, acionado por motor a combustão diesel com regulador eletrônico de tensão. Deverá possuir acionamento automático (full time) em caso de falta de energia da concessionária e autonomia mínima de 12 (doze) horas de operação contínua, considerando carga plena (100% da potência nominal). O conjunto deverá ser carenado, adequado ao funcionamento em áreas externas, e fornecido instalado, testado e em operação.	Diária	06		
		O combustível, reabastecimento e manutenção preventiva durante o evento serão de responsabilidade da contratada. Os cabos de ligação entre o gerador, o poste de alimentação e o quadro de distribuição do galpão são de responsabilidade do fornecedor, devendo utilizar condutores isolados em EPR ou XLPE, 0,6/1 kV, 90°C, conforme Tabela 02 – NDU 002 (ENERGISA) e Normas aplicáveis. O quadro de comando deverá ser dotado de microcontrolador, com medições de potência (kW/kVA), energia (kWh), tensão (V), corrente (A) e frequência (Hz), incluindo disjuntores por fase e disjuntor geral. Cada conjunto deverá atender às normas ABNT NBR ISO 8528 e NBR 5410, garantindo segurança e conformidade técnica.				

\*Catálogo de Materiais – CATSER (<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>) - conforme Art. 19, II, § 2º e art. 40, § 1º, I da Lei 14.133/2021.

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	USO EXCLUSIVO DA SEAGRI	Valor da Proposta:



	Data:			
	Banco:	Fone:		Validade da Proposta:
	Agência:	Assinatura:	Responsável pela cotação/SEAGRI	Prazo de Entrega:
	C/C:			

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES: Do local e Horário da entrega/prestação dos serviços:**

- A contratada deverá fornecer os serviços de acordo com as especificações do termo de referência e edital de licitação.
- A Nota de Empenho, será disponibilizada a contratada assim que finalizar o certame licitatório havendo a habilitação do vencedor.
- Os serviços da presente solicitação deverão ser prestados no Centro Tecnológico Vandeci Rack, situado no km 333 da BR-364, 11 km em Ji-Paraná/RO, conforme condições estabelecidas do instrumento licitatório.

**GABRIEL GOMES COSTA**  
Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI

**CAMILA STEFANY ARAÚJO DA SILVA**  
Núcleo de Compras Públicas - NCP/SEAGRI  
Chefe de Núcleo

**LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA**  
Secretário de Estado da Agricultura-SEAGRI



Documento assinado eletronicamente por **Gabril Gomes Costa, Assessor(a)**, em 24/11/2025, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Camila Stefany Araújo da Silva, Chefe de Núcleo**, em 24/11/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista, Secretário(a)**, em 25/11/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066531400** e o código CRC **CF0B2960**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0025.002528/2025-00

SEI nº 0066531400